



Universidade Católica de Moçambique

Extensão de Xai-Xai

Orlando Mário Saúte

**A cooperação Multilateral como factor para o desenvolvimento: Caso Vila do Milénio de
Chibuto (2006 – 2024)**

Orlando Mário Saute

A Cooperação Multilateral como factor para o desenvolvimento: Caso Vila do Milénio de Chibuto (2006 -2024)

Programa de Mestrado em Ciência Política, Governação e Relações Internacionais

Autor: Orlando Mário Saúte

Código de estudante: 715220066

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação na Universidade Católica de Moçambique como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Governação e Relações Internacionais.

Orientador: Professor Doutor Tomé Bambo

Xai-Xai, Setembro 2024

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Contextualização.....	1
1.2. Problematização.....	3
1.3. Objectivos.....	5
1.4. Justificativa.....	5
1.5. Relevância do Tema.....	6
1.6. Questões de pesquisa.....	6
1.7. Delimitação do tema.....	7
1.8. Dificuldades encontradas.....	7
1.9. Ética na elaboração do trabalho.....	8
1.10. Estrutura do trabalho.....	8
CAPÍTULO II - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	10
2.1. Conceptual Teórico.....	10
2.1.1.- Organizações Internacionais.....	10
2.1.2.- Cooperação Multilateral.....	13
2.1.3.-Cooperação para o Desenvolvimento.....	14
2.1.4.-Financiamento para o Desenvolvimento.....	16
2.1.5.- A Assistência Internacional ao Desenvolvimento.....	17
2.3- Participação Comunitária.....	18
2.4.- Desenvolvimento Comunitário.....	20
3.- Revisão da Literatura Empírica.....	21
3.1.- Estudo de caso: Projecto Vila do Milénio de Sauri.....	24
3.2.-Estudo de caso: Projecto Vila do Milénio de Ruhiira.....	25
3.3.- Estudo de caso: Projecto Vila do Milénio de Mbola.....	25

3.4.-Estudo de caso: Vila do Milénio de Mwandama.....	28
3.5.- Caso de Moçambique	29
4.- Literatura Focalizada	31
4.1.- Teoria Neoliberal.....	34
CAPÍTULO – III. METODOLOGIA.....	37
3.1.- Tipo de pesquisa	37
3.2.- Método de abordagem	39
3.3.- Método de procedimento	39
3.4.- Universo e Amostra.....	40
3.5.- Técnicas e instrumentos de recolha de dados.....	40
3.5.1.- Pesquisa bibliográfica	41
3.5.2.- Pesquisa Documental.....	41
3.5.3.- Entrevista	41
3.5.4.- Técnicas e Instrumentos de Análise e Validação de Dados.....	43
3.6.- Análise do Conteúdo	43
3.7.- Limitações do Estudo	44
3.8.- Aspectos Éticos	44
CAPÍTULO – IV ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	45
4.1.- Breve apresentação do local do estudo.....	45
4.2.1.- Mecanismos da implementação	Erro! Marcador não definido.
4.2.- Apresentação dos resultados.....	46
4.3.- Análise e discussão dos resultados	50
4.3.1.- Participação comunitária.....	50
4.3.2.- Desenvolvimento Comunitário	51

4.3.3.- A Cooperação Multilateral como factor para o desenvolvimento da Vila do Milénio de Chibuto.....	52
4.4.- Condições Ecológicas.....	52
4.5.- Situação Económica	55
4.6.-Serviços Sociais Básicos	56
4.6.1.- Saúde, Água e Saneamento.....	57
4.6.2.-Educação	61
4.7.- Sustentabilidade da Vila do Milénio de Chibuto.....	63
CAPÍTULO V- CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
VI.- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	71

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que esta Dissertação de conclusão de curso de mestrado em Ciência Política, Governança e Relações Internacionais, é da minha inteira autoria, em hipótese alguma foi apresentada para quaisquer fins, a não ser para uma investigação própria, tal como as demonstrações dentro do trabalho, as referências bibliográficas que foram consultadas para a composição do presente trabalho de pesquisa.

O pesquisador

Data ____/____/____

O Supervisor

Jomé Fernando Bambo

Data ____/____/____

Dedicatória

À memória dos meus pais Mário Saúte e Isaura Armando Jamine

À minha companheira Sandra Américo David Nhampossa, aos meus filhos Joyce Isaura, Mércia Verónica, Orlando Jr., Agnalda e Américo da Sandra pelo encorajamento e suporte que sempre me deram como pilares da concretização do meu sonho.

Agradecimentos

A realização deste trabalho não teria sido possível sem o imprescindível suporte e apoio de diversas pessoas que seria difícil mencioná-las neste espaço de agradecimentos, daí que vai o meu muito obrigado a todos.

A Deus todo-poderoso que sempre iluminou o meu caminho e me deu forças para a realização deste sonho.

Aos agricultores beneficiários do Programa Vilas do Milénio de Chibuto, ao Governo do Município de Chibuto e demais estrutura local, pela sua colaboração e contribuição na concretização do projecto de pesquisa

Aos meus colegas da primeira turma de Mestrado em Ciência política, Governação e Relações Internacionais da Universidade Católica de Moçambique Extensão de Xai-Xai

Aos Professores do Programa de Mestrado que com o seu saber e dedicação souberam transmitir o seu conhecimento e saber durante a lecionação dos diferentes módulos ministrados.

Meus agradecimentos especiais vão para o Professor Tomé Fernando bambo, meu orientador, que de forma persistente e incansável soube-me mostrar o caminho a trilhar para a realização deste meu sonho. Muito obrigado Professor.

A todos os que de forma directa ou indirecta tornaram possível a concretização do meu sonho o meu muito obrigado

RESUMO

Este trabalho visa fazer uma análise do papel da Cooperação Multilateral como Factor Impulsionador do Desenvolvimento, tendo como foco, a alavancagem das políticas socioeconómicas no país. Busca em particular, entender como foram alocados os recursos financeiros pelas Organizações Internacionais para o desenvolvimento do Projecto Vila do Milénio de Chibuto. A análise incide sobre as Organizações Internacionais de âmbito supranacionais globais com as quais Moçambique firmou e mantém acordos de cooperação, como é o caso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, um dos principais agentes impulsionadores de programas de desenvolvimento local no país. Tal esforço encontra o seu aleito nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio decretada pelas Nações Unidas e adotado pelo Governo de Moçambique em Setembro de 2000, como uma oportunidade para o país alcançar o desenvolvimento, baseada numa abordagem múltipla de investimentos nos sectores vitais da economia, tais como, educação, saúde, água potável, saneamento, habitação, agricultura e infraestruturas de energia e transporte e comunicação. No entanto, passado quase duas décadas da implementação do Projecto Vila do Milénio de Chibuto, os dados empíricos mostram que o Projecto ainda continua sem bases económicas sólidas e sustentáveis que o permita superar as malezas então identificadas, agravam-se os níveis de dependência externa e aumentam as taxas de pobreza regredindo para os níveis anteriores à implementação do Projecto. É dentro deste contexto, político, económico e social que despertou o interesse pelo tema em debate, visando não só compreender melhor os contornos do Projecto Vila do Milénio de Chibuto, mas contribuir na literatura da Ciência Política, Governação e Relações Internacionais. A metodologia adoptada é qualitativa, centrada na revisão da literatura e estudo de campo. As conclusões preliminares, apontam que os objectivos do Programa Vilas do Milénio não foram alcançados. Na medida em que persistem os problemas socioeconómicos e nota-se um total abandono por parte das autoridades governamentais e dos produtores agrícolas que tiveram apoio em insumos para o desenvolvimento das suas actividades.

Palavras-chave: Cooperação Multilateral, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Desenvolvimento comunitário.

ABSTRACT

This paper aims to analyse the role of Multilateral Cooperation as a Driver of Development, focusing on leveraging socio-economic policies in the country. In particular, it seeks to understand how financial resources were allocated by International Organizations for the development of the Chibuto Millennium Village Project. The analysis focuses on the supranational global international organizations with which Mozambique has signed and maintains cooperation agreements, such as the United Nations Development Program, one of the main driving forces behind local development programs in the country. This effort is based on the Millennium Development Goals decreed by the United Nations and adopted by the Mozambican government in September 2000, as an opportunity for the country to achieve development, based on a multiple approach of investments in vital sectors of the economy, such as education, health, drinking water, sanitation, housing, agriculture and energy, transport and communication infrastructures. However, almost two decades after the implementation of the Chibuto Millennium Village Project, empirical data shows that the project still lacks the solid and sustainable economic foundations that would allow it to overcome the problems identified at the time, levels of external dependence are worsening and poverty rates are rising, regressing to the levels seen before the project was implemented. It is within this political, economic and social context that my interest in the subject under discussion was aroused, with the aim of not only better understanding the contours of the Chibuto Millennium Village Project, but also contributing to the literature on Political Science, Governance and International Relations. The methodology adopted is qualitative, centred on a literature review and a field study. The preliminary conclusions indicate that the objectives of the Millennium Towns Programme have not been achieved. To the extent that socio-economic problems persist and there is a total abandonment on the part of the government authorities and agricultural producers who were supported in terms of inputs for the development of their activities.

Keywords: Multilateral Cooperation, Millennium Development Goals, Community development.

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Este capítulo encontra-se estruturado em seis secções, sendo que, a primeira, contextualiza o tema em debate. Na segunda secção apresenta o problema da pesquisa. Na terceira secção, são arrolados os objectivos que se pretende alcançar com o desenvolvimento do trabalho. Para tal, buscou-se nesta secção, trazer o objectivo geral e os objectivos específicos. Na quarta secção, procurou-se trazer à discussão, as razões de se realizar esta pesquisa para governo, para a sociedade e para o âmbito académico. Na quinta secção, foram avançadas as questões pesquisa. Na sexta secção são apresentadas as delimitações temporais e geográficas da pesquisa. Na sétima secção são abordadas as limitações do trabalho. E, a última secção apresenta a estrutura organizacional do trabalho.

1.1. Contextualização

No reconhecimento do debate, a análise da presente pesquisa se alicerça na compreensão da cooperação multilateral que o país tem recebido das organizações/ instituições internacionais, com o objectivo de levar à cabo os programas de desenvolvimento comunitários em várias áreas sociais como são os casos da Educação, Saúde, Água e Saneamento, Agricultura, entre outros, por meio do Programa Vila do Milénio. Aliás, este programa encontra o seu eco nos propósitos do Conselho Económico e Social, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), responsável pela monitoria dos direitos económicos, sociais e culturais que desde da sua criação alimenta a esperança de que a ajuda mútua entre os Estados (nações) permitiria a prosperidade da população (ONU, 1945).

Como pondera Leandro Conde, a cooperação para o desenvolvimento, a busca entre outros fins, a promoção do bem-estar, prosperidade e eliminação progressiva da miséria que assola os países menos desenvolvidos ou em via de desenvolvimento. Um desenvolvimento que no entender do autor, vai além do aumento do rendimento ou crescimento económico, mas que incluem as oportunidades económicas, as liberdades políticas, o acesso a serviços básicos, ou o empoderamento social, entre outros (Conde, 2021).

Diante do exposto acima, a luta contra a pobreza passou a ser vista, não só como uma responsabilidade de cada um no quadro da cidadania global, mas como uma questão de justiça social e um dever, num contexto mundial cada vez mais interdependente e globalizado. A política de ajuda ao desenvolvimento não deve, assim, ser encarada como um acto de caridade

dos mais ricos para com os mais pobres, mas sim, como uma necessidade e imperativo moral ditada por critérios elementares de justiça, bem como, um investimento no planeta e nas gerações futuras.

A cooperação para o desenvolvimento seria igualmente vista como um esforço levado a cabo conjuntamente por Países Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento, com a finalidade de combater as dificuldades económicas e sociais dos últimos de forma sustentável e duradoura. Isto significa por um lado, envolver a população beneficiária em todos os processos do desenvolvimento dos projectos, desde a definição, planificação até a sua execução, por forma a criar a sustentabilidade e o *ownership*. Por outro, a sustentabilidade de projectos locais está estreitamente ligado aos aspectos financeiros, económicos, sociais e técnicos (Castel-Branco, 2006).

Na percepção do autor em alusão, a sustentabilidade financeira implica efeitos multiplicadores dos recursos financeiros investidos. Isto sugere a criação de mais recursos financeiros comparados aos gastos realizados no projectos para a comunidade de modo que esta possa sustentar e reproduzir, ampliar ou diversificar o projecto, garantindo deste modo, efeitos multiplicadores adversos para o bem da comunidade local. A sustentabilidade económica implica o proposto deve criar condições económicas, criar capacidades para que as comunidades possam ter rendimentos, garantir infra-estruturas económicas e sociais (uma escola técnica numa localidade, habitação e, energia).

A sustentabilidade social, pressupõe que o projecto desenvolvido trazer uma transformação social a população beneficiária. Por exemplo, permitir que um determinado grupo de cidadãos forme associação agrárias e direito a mercados ou que a população afectada pelo projecto tenha uma empresa agro-industrial, indústria hoteleira, mexa com as relações de género dentro da comunidade e absorve a mão-de-obra, através de criação de emprego. A sustentabilidade técnica e tecnológica por sua vez, está ligada a capacidade do projecto criar condições para aprendizagem, conhecimentos técnicos e tecnológicos à população beneficiária.

Diante do exposto, fica evidente que a promoção de programas propostos para resolver os problemas da comunidade e realizar inclusão social estão interligadas às acções estruturais e intencionais e promover mudanças (Giehl, 2010). Neste sentido, a sustentabilidade dos projectos sugere a continuidade das acções e a melhoria das comunidades.

No mesmo diapasão, estudos apresentados por Coelho e Gonçalves (2011) ponderam que a forma como o projeto será desenvolvido pode afectar a realidade da população/comunidade beneficiária, alterando cenários e interferindo em diversas esferas. Assim, para que um projecto de desenvolvimento possa resolver efectivamente um problema económico ou social, este deve ser definido tendo em conta a realidade da comunidade beneficiaria.

Semelhante compreensão, Carvalho (2006) aponta que as pessoas devem continuar agindo mesmo após o fim do Projecto. Por isso, seguindo o raciocínio da autora, é importante valorizar o diálogo, a linguagem comum, a capacitação e o pensamento colectivo, promovendo um processo de concertação. A participação em programas de desenvolvimento, como defendem Cohen e Franco (2007), melhora o desenho dos projectos, fazendo com que o diagnóstico e as formas de intervenção adaptem-se às características específicas da população destinatária, possibilita o controlo da população destinatária do projecto, ajudando assim, a transparência da sua gestão e o aumento da sustentabilidade do projecto ao envolver os beneficiários na sua operacionalização.

É em torno deste contexto político, económico e social que se propõe abordar o presente tema, cujo título é: **A Cooperação Multilateral como factor efectivo no desenvolvimento das comunidades: Caso Vila do Milénio de Chibuto**, como requisito de conclusão do curso de mestrado em Ciência Política, Governação e Relações Internacionais na Universidade Católica de Moçambique-Extensão de Xai-Xai.

1.2. Problemática

Um dos problemas com o qual Moçambique tem-se deparado na actualidade é o combate da pobreza e promoção do desenvolvimento cujas acções tem sido implementada tanto através de programas de desenvolvimento comunitário levados a cabo pelo governo através de fundos do Orçamento do Estado, como por meio de fundos provenientes de parceiros de cooperação. Não obstante o esforço consentâneo, a cooperação multilateral para o desenvolvimento das comunidades beneficiárias tem sido objecto de vários questionamentos na academia, na esfera política e por parte da sociedade civil, principalmente, no que se refere ao impacto positivo na melhoria das condições de vida da população (Castel-Branco, 2006).

Em Moçambique, a questão da participação Comunitária nos programas de desenvolvimento é relativamente nova. Emerge com a Constituição da República de 1990 que instaura o regime democrático liberal no país e ganha assento tónico com adopção do primeiro Plano de Acção de Redução da Pobreza 1999/2000 que se consubstanciava no combate à pobreza extrema e à fome, melhoria de acesso aos níveis de rendimento aceitáveis das famílias, bem como acesso aos serviços básicos de saúde, educação e garantir à segurança alimentar.

A acção enquadra-se dentro das Metas de Desenvolvimento do Milénio (2000-2015), cujo objectivo era por meio da cooperação internacional, incentivar esforços de desenvolvimento que melhoram as vidas de centenas de milhões de pessoas ao redor do mundo (United Nations, 2010).

Como parte do Plano de Redução da Pobreza, o governo moçambicano adoptou em Setembro de 2000, o Programa Vilas de Milénio, um conceito de desenvolvimento das comunidades rurais africanas, que aborda o problema de pobreza através de intervenções multisectoriais, concretas usando tecnologias e práticas sustentáveis. A visão do programa, resumia-se em criar uma simbiose entre o saber científico, tecnológico, sociocultural e inovador das comunidades, para a resolução dos problemas que retardam o desenvolvimento (Nações Unidas, 2008).

A Vila de Milénio do Chibuto, estabelecida em 2006, emerge neste contexto como um modelo de desenvolvimento comunitário integrado baseado no uso de abordagens de investigação, transferência de tecnologias e inovações, que aliado aos saberes/conhecimentos locais promove o desenvolvimento socioeconómico das comunidades em desvantagem. Porém, volvidas quase duas décadas da sua construção, a Vila do Milénio de Chibuto parece não cumprir com os desideratos propostos pelos quais foi concebida: persiste o nível de pobreza, são inadequados os serviços económicos e sociais e continua fraca a participação das comunidades locais no Projecto, não obstante o Banco Mundial, encorajar a participação activa das populações o *ownership* dos projectos pela população local, continuam os desafios da sua materialização (Bamberger, 1986).

Diante do exposto, torna-se relevante no presente trabalho, questionar: ***até que ponto a cooperação multilateral tem sido um factor efectivo no desenvolvimento das Comunidades abrangidas pelo Programa Vilas do Milénio em Chibuto?***

1.3. Objectivos

1.3.1. Geral

- Compreender a cooperação multilateral como factor para o desenvolvimento da Vila do Milénio de Chibuto.

1.3.2. Específicos

- Identificar os mecanismos da implementação das políticas de cooperação multilateral no Programa Vilas do Milénio;
- Descrever as modalidades de participação das comunidades na concepção do Programa Vilas do Milénio;
- Apresentar a percepção das comunidades abrangidas pelo Programa Vilas do Milénio sobre a melhoria das suas condições de vida.

1.4. Justificativa

É pertinente realizar esta pesquisa por três razões conexas, para: o governo, a sociedade e campo académico. A primeira razão é que a mesma permitirá ter uma visão ampla acerca da cooperação multilateral internacional para o desenvolvimento bem como, assessorar a liderança, as instituições governamentais moçambicanas na monitoria e acompanhamento dos projectos de cooperação desenvolvidos por parceiros internacionais, não só na província de Gaza, mas em todo o país.

Justifica-se igualmente, realizar o estudo porque o mesmo ajudará na compreensão do paradoxo instalado entre a emergência dos novos actores na esfera da cooperação multilateral para o desenvolvimento, com o foco na implementação do Programa Nacional das Vilas do Milénio onde foram definidos entre vários objectivos, a eliminação da fome e o combate a má nutrição através da produção, acesso e utilização de alimentos nutritivos com realce especial na melhoria da dieta para as mulheres grávidas, mães em fase de aleitamento e crianças com baixo peso da idade média recomendada até aos dois anos, melhoria dos meios de subsistência e aumento dos seus rendimentos na actividades agrícolas, persistência desses problemas pelos beneficiários do Programa.

A segunda razão da realização do presente trabalho, está o facto de esta pesquisa instigar a participação das comunidades em programas de desenvolvimento local. Uma vez que a sua participação em projectos, fruto da cooperação multilateral é de importância vital na garantia da sustentabilidade dos projectos, partindo do entendimento de que as acções a serem desenvolvidas devem ser do interesse das comunidades beneficiárias e estas por sua vez, devem se identificar com elas e só assim irá se obter resultados esperados. Em face disso, estudar esta participação da comunidade nos programas de desenvolvimento tornou relevante para o alcance do desenvolvimento local.

A última razão, no âmbito académico, esta pesquisa constituirá um instrumento de consulta para qualquer pesquisador que pretender aprofundar os conhecimentos sobre a cooperação multilateral como factor impulsionador para o desenvolvimento e sustentabilidades das políticas públicas. Neste pendor, a exiguidade da literatura sobre a matéria, constitui um dos factores que impulsionou o autor na escolha deste tema.

1.5. Relevância do Tema

Diante do exposto acima e tratando-se de um tema pouco explorado, este trabalho afigura-se como relevante para a comunidade científica, as Políticas Públicas e as comunidades locais . Para a comunidade científica, este trabalho poderá servir de material de auxílio académico para os estudantes e investigadores que pretendem aprofundar sobre o tema, abrindo assim, no campo de Ciência Política, Governação e Relações Internacionais em particular, uma agenda de pesquisa. Na esfera das políticas públicas, servirá de “bússola” na concepção, gestão e monitoria dos projectos de cooperação de desenvolvimento local providos por parceiros internacionais. Nas comunidades locais, este trabalho poderá contribuir para outras comunidades no que se refere a gestão e sustentabilidade de projectos futuros baseando-se na metodologia usada, fontes bibliográficas e experiência do autor no projecto em debate.

1.6. Questões de pesquisa

Com intuito de perceber melhor o tema, do problema levantado e dos objectivos elencados colocam-se as seguintes questões de pesquisa:

- Como é que a cooperação multilateral pode contribuir para garantir a sustentabilidade do programa Vila do Milénio de Chibuto?

- Como tem sido a participação da comunidade da Vila de Chibuto para garantir a sustentabilidade do programa Vila do Milénio?
- Em que medida a estrutura da gestão do programa Vilas do Milénio influencia a participação da comunidade na implementação do programa de desenvolvimento da comunidade da Vila de Chibuto?
- Será que o envolvimento da comunidade no processo de tomada de decisões influencia na sustentabilidade do programa Vila do Milénio de Chibuto?

1.7. Delimitação do tema

A pesquisa em apreço tem como baliza geográfica, a Vila de Chibuto, distrito situado a Sudeste da Província de Gaza, com limites a Este, os distritos de Manjacaze e Panda (província de Inhambane); Norte com o Distrito de Chigubo; a Ocidente com o distrito de Guijá e a Sul com os Distritos de Xai-Xai e Chókwe. A escolha deste espaço se deve ao facto de ter sido neste distrito da Província de Gaza, Sul de Moçambique onde foi realizado o Programa Vila do Milénio de Chibuto, projecto financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD. Em termos temporais, a pesquisa vai desde 2006, período em que é estabelecido o Projecto, Programa Vila do Milénio de Chibuto até 2024, ano em que foi elaborado o presente trabalho.

1.8. Dificuldades encontradas

Durante o desenvolvimento deste trabalho encontrou-se obstáculos, desde os primeiros momentos da concepção do trabalho e ao longo da sua feitura. A existência de incontornáveis limitações de acesso, em tempo, às informações e outras documentações afins que poderiam concorrer para servir de suporte de excelência para este trabalho, constituíram sem dúvida, grandes constrangimentos.

A este facto juntaram-se dificuldades no acesso a profissionais e especialistas que lidam com esta matéria. Muitos destes ouviam a preocupação, mas declinavam tecer considerações em virtude de uma série de factores. Apesar disso, a persistência e paciência permitiram conseguir a informação desejada.

1.9. Ética na elaboração do trabalho

Existem várias razões pelas quais é necessário seguir as normas básicas de conduta científica durante a pesquisa académica como forma de dar credibilidade a comunidade científica e a percepção do público para julgar e aceitar novos resultados.

A concepção do trabalho respeitou os princípios ético preconizados pelo regulamento que orienta a produção de trabalhos científicos na UCM, tais como, a honestidade intelectual, integridade e respeitoso consigo mesmo e com os direitos autorais dos demais pesquisadores, sendo fiel às fontes bibliográficas devidamente citadas e arroladas nas referências bibliográficas, para dar credibilidade a comunidade científica e a aceitação dos resultados pelo público

Trata-se de um tema de grande sensibilidade política e de actualidade, pesquisado em Moçambique, num país que desde a sua independência tem buscado firmar acordos de cooperação tanto com os países desenvolvidos no quadro da cooperação Norte-sul, do caribe e multilateral como com outros países em desenvolvimento no quadro da cooperação Sul-Sul com vista a promoção do desenvolvimento e combate a pobreza.

Diante disso, aos entrevistados foi-lhes assegurados o anonimato e a confidencialidade garantido através da codificação de todas as fontes. As entrevistas foram gravadas e aplicadas no trabalho depois de as fontes autorizar tal procedimento, alguns dados não constam do produto final na base de acordo de boa-fé que o autor estabeleceu com as fontes.

1.10. Estrutura do trabalho

Em termos de organização, este trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo que, o primeiro apresenta o tema em debate, pontuando o contexto da sua abordagem, o problema, os objectivos (geral e específicos) que se pretende alcançar no trabalho, as razões que impulsionaram para a sua realização, as questões de pesquisa, delimitação geográfica e temporal do estudo, limitações enfrentadas ao longo da pesquisa e a ética.

O segundo capítulo faz a revisão da literatura. Para tal, este capítulo apresenta os conceitos apresentados por vários autores sobre o tema, a Cooperação Multilateral, Desenvolvimento, Participação Comunitária e a Sustentabilidade dos programas de desenvolvimento. da pesquisa, fazendo-se uma abordagem do referencia teórico como resultado da revisão da literatura e cruzamento de vários autores em relação ao tema sobre a desistência e/ou

abandono escolar por estes serem temas similares ou com mesmo significado, buscando-se neste, um entrosamento da concepção dos autores em relação

O terceiro capítulo traz a metodologia que foi usada para a realização do trabalho que para tal recorreu se ao método, com enfoque para o seu tipo, métodos de abordagem e de procedimento. De seguida, descrevem-se as técnicas de recolha de dados e a forma do seu tratamento.

No quarto capítulo faz-se a apresentação e análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, através dos instrumentos de recolha de dados. Os dados são apresentados através duma sequência lógica, começando-se pelos dados obtidos através da entrevista semi-estruturada e a posterior os obtidos através do guião de questionário. A sua apresentação obedece os objectivos específicos definidos, e, faz-se o cruzamento das respostas dos inquiridos, sustentada pelos autores identificados consoante os objectivos específicos da pesquisa.

CAPÍTULO II - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A concepção e análise de um trabalho científico exige a compreensão e entendimento de conceitos e das teorias a volta dos quais sustentam a pesquisa (Marconi e Lakatos, 2008). Diante do entendimento patente na literatura, esta parte do trabalho reserva-se a abordar o marco conceptual e a teoria do suporte. Para tal foi trazida na primeira secção, a discussão dos conceitos de organização internacional, cooperação multilateral, cooperação para o desenvolvimento, financiamento para o desenvolvimento, assistência internacional ao desenvolvimento, Participação Comunitária e desenvolvimento comunitário. Na segunda secção buscou-se a revisão empírica, onde foram trazidos casos de sucessos de vilas de Milénio criados fora de Moçambique. Na terceira secção a revisão da literatura focou sobre o caso de Moçambique. Na última secção abordou-se a teoria neoliberal, como arcabouço do trabalho.

2.1. Conceptual Teórico

2.1.1.- Organizações Internacionais

No início, as relações internacionais eram caracterizadas por princípios de coordenação e cooperação, mediante a aplicação de técnicas bilaterais. Mais tarde, com a multiplicação e diversificação dos sujeitos internacionais, decorrente do crescimento do número de Estados e de algumas questões, cujas soluções transcendiam o âmbito dos acordos bilaterais surge a necessidade de se incrementar actividades colectivas dos Estado (Guerra, 2013).

Tal facto, deveu-se principalmente, à Revolução científica e tecnológica que impulsionou o desenvolvimento do planeta (Fontoura, 2002). Desponta deste modo, as primeiras Conferências Internacionais, fruto dos Tratados Multilaterais. Mais tarde, principalmente depois da II Guerra Mundial, multiplica-se os organismos internacionais, e passam a adquirir vontade própria e independência para alcançarem seus objectivos institucionais (Fontoura, 2002).

As organizações internacionais, sejam elas globais, intercontinentais ou regionais, desempenham um papel preponderante na sociedade internacional contemporânea, dada a sua influência política, económica e social, inclusive em sectores vitais como os direitos humanos, na manutenção da paz e segurança internacional e estabelecimento de quadros normativos e

reguladores das Relações Internacionais. Além disso, as OIs em si, representam um espaço de exercício de Relações Internacionais (Smouts, 2004).

Não obstante a importância dada as OI, as suas definições continuam a ser objecto de muitas controvérsias na literatura (Smouts, 2004; Tunkin, 1990). Tal dificuldade, como pondera Smouts (2004), não só, pelo facto de existirem no Sistema Internacional, várias Organizações Internacionais, cada uma actuando em âmbito e esfera geográfica diversificado, mas e principalmente, por estas encontrarem-se em constante evolução, decorrente da globalização, bem como pelo facto de não existir no ordenamento jurídico internacional um instrumento que padroniza a definição do conceito.

No entender do Tunkin (1990: 171):

Organização Internacional é uma união de Estados, criada na base de um tratado internacional para a realização de determinados objectivos e que tem o respectivo sistema de órgãos, possui direitos e deveres diferentes dos direitos e deveres dos Estados membros e é constituída em consonância com o Direito Internacional.

No mesmo pendor, Tunkin (1990) define organizações internacionais como sendo associações voluntárias de Estados estabelecidas por meio de acordo internacional, dotadas de órgãos permanentes, próprios e independentes, encarregues de gerir interesses colectivos e capazes de expressar uma vontade juridicamente distinta de seus membros.

Diante dos conceitos, apresentados pode-se extrair algumas características comuns que distinguem as organizações internacionais de outros organismos correlatos, quais sejam, a composição essencialmente interestatal, uma base jurídica convencional, uma estrutura orgânica permanente e independente e determinada autonomia jurídica.

No que se refere a composição essencialmente interestatal pode ser explicada pelo facto das organizações internacionais serem organismos constituídos quase exclusivamente por Estados soberanos. Portanto, diferenciam-se de outras entidades internacionais, como as Estados Federais ou Organizações Não-Governamentais.

Com respeito à base jurídica convencional, podemos anotar que as OIs são sujeitas de direitos derivados ou secundários, ou seja, devem a sua existência a um acto jurídico prévio e exterior à Organização. Em geral, tal acto jurídico adota a forma de um tratado multilateral negociado no âmbito de uma conferência intergovernamental e o acto da sua criação geralmente, assume,

a forma solene e recebe denominação especial tais como, Carta, Pacto, Constituição ou Estatuto.

A criação das OIs mediante tratados internacionais constitui característica recorrente que permite diferenciar tais entidades de outras estruturas institucionais que podem funcionar como actores no cenário internacional. Como exemplo das entidades referidas, pode-se mencionar as Não-Governamentais, cuja originalidade está no direito interno dos Estados.

Portanto, para Smouts (2004:34):

Diferentemente das OIs, as “Não-Governamentais são constituídas de forma duradoura, espontânea e livre, por pessoas privadas ou públicas, físicas ou jurídicas de diferentes nacionalidades, que, expressando uma solidariedade transnacional, perseguem sem fins lucrativos um objectivo de interesse internacional, e são criadas em conformidade com o direito interno de um Estado.

A outra característica das OIs é o facto destas instituições internacionais apresentarem uma estrutura orgânica permanente e independente (Tunkin, 1990). Segundo o autor retro, todas as OIs contemporâneas possuem estruturas institucionais constituídas por diversos órgãos permanentes (Tunkin, 1990). Com respeito à autonomia jurídica das OIs, pode-se afirmar que possuem personalidade jurídica diferente da de seus Estados-membros. Segundo ensina Fontoura (2002:21), “tal personalidade, é de extrema importância para que as OIs possam cumprir suas finalidades institucionais sem interferência”.

Não obstante a acção das OIs sofrer influências de alguns Estados-membros na actualidade, tais entidades são capazes de elaborar e manifestar uma vontade autónoma nos âmbitos de suas competências. Logo, as decisões das OIs são imputáveis às próprias organizações, o que faz com que os Estado diminuam o monopólio do poder no contexto da emergência da Nova ordem Global Contemporânea, tal como sucedeu com a cooperação multilateral para o desenvolvimento provida pela Organização das Nações Unidas, ou suas agências tal como PNUD.

Para o presente trabalho, “organizações internacionais deve ser vista como entidades autónomas constituídas pelo Estados. Porém, depois da sua criação fazem desaparecer, os Estado por detrás do seu “véu” institucional ou como fóruns transparentes nos quais, os Estados continuam a actuar como parte da ordem jurídica internacional. Portanto, seguindo essa linha de pensamento, as OIs devem ser vistas como sujeitos de direitos e obrigações, tanto no plano internacional quanto com relação aos Estados em que tais entidades

funcionam, na prossecução dos seus interesses, tal como foi o acordo firmado entre o Governo de Moçambique e o PNUD em 2006, para a construção da Vila de Milénio de Chibuto.

2.1.2.- Cooperação Multilateral

Ainda que de forma embrionária, as primeiras práticas de cooperação multilateral tenham surgido no século XIX, estas viriam a se consolidar no século XX, como um princípio estruturante nas relações internacionais (Keohane, 1989). No entender do Keohane (1989:23), “a cooperação multilateral é a prática de coordenação de políticas nacionais entre três ou mais Estados, através de arranjos *ad hoc* ou de instituições”.

Conde por seu turno, entende a cooperação multilateral como conjunto de actuações, realizadas por actores não estatais, tais como as organizações internacionais, sejam elas, regionais ou universais e um país com baixo nível de renda com o propósito de promover o progresso económico e social, de modo que seja mais equilibrado em relação ao Norte e se torne sustentável (Conde, 2021).

Note-se que a cooperação envolve inúmeros actores, tanto do lado dos chamados países doadores (tradicionais ou emergentes), quanto no campo dos beneficiários (normalmente países de baixa renda ou, em alguns raros casos, países de renda média). Cada actor da CID tem identidade, preferências, interesses e objectivos próprios podendo actuar com base em motivações políticas e de segurança nacional, por razões humanitárias, ambientais ou morais, mas também por motivações puramente económicas e comerciais.

Esta definição clássica de cooperação internacional encerra em si mesmas conotações éticas e de solidariedade que legitimam esta forma de cooperação, embora nem sempre tenham sido as únicas motivações para leva um actor (estatal ou não estar) a encetar a cooperação. A causa pode ser de âmbito político, por exemplo, para coagir um determinado país receptor da cooperação a mudar o seu regime de governação ou geoestratégico iniciativas muito usadas no período da guerra Fria (Conde, 2021).

O recurso ao critério geoestratégico explica-se, na medida em que após a queda do muro de Berlim, vários países adoptaram a democracia como modelo de governação. Em contrapartida, assiste-se neste período, diminuição do espaço de manobra de cooperação internacional para o desenvolvimento para os países africanos, em detrimento de outros

lugares do mundo onde os países doadores consideraram que seus interesses e sua segurança estavam em jogo, pela instável situação política, econômica ou social de outras áreas.

Em Moçambique, a cooperação multilateral para o desenvolvimento é vista como um pilar fundamental da estratégia do Governo e constitui parte importante do papel do país no cumprimento das suas obrigações políticas, no plano internacional, como membro da comunidade internacional, sendo que os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU constituem a base da cooperação multilateral para o desenvolvimento do país, tomando em consideração o facto de Moçambique ser um defensor da democracia, direitos humanos, diversidade, tolerância, justiça e solidariedade.

2.1.3.-Cooperação para o Desenvolvimento

Tradicionalmente o desenvolvimento era tido como a capacidade de uma economia que antes estava estagnada, crescer na ordem dos 5 a 7% e que devia ser acompanhada pela alteração da estrutura de produção e de emprego. “Esta abordagem sobre a definição de desenvolvimento levou a maioria dos países do mundo a concentrarem seus esforços na promoção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), deixando a qualidade de vida em segundo plano. O crescimento económico era visto como meio e fim do desenvolvimento” (Oliveira, 1999).

Como se pode observar, essa definição era puramente económica que começou a ser questionada, porque com o processo de industrialização, alguns países em desenvolvimento registavam índices de crescimento económico superiores a 7%, sem, contudo, reverterem os elevados índices de pobreza absoluta, desigualdades sociais e qualidade de vida.

Foi deste modo, que o conceito de desenvolvimento começa a ser objecto de sérios debates no seio dos académicos, principalmente quanto à distinção entre “Desenvolvimento” e “Crescimento Económico”. Pois que, muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes nível de renda no como sinónimo de “Desenvolvimento”, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos no seio da sociedade.

Apesar das divergências existentes, entre os conceitos de Desenvolvimento e Crescimento Económico, eles não se excluem mutuamente, mas sim, complementam-se em alguns pontos, na medida em que, não pode haver desenvolvimento sem crescimento económico e o crescimento económico só pode ser sustentável quando visa satisfazer as necessidades da população.

Vasconcelos (1998), sugere que o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento económico, acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e alocação de recursos pelos diferentes sectores, de bem-estar económico, social (redução da pobreza, do desemprego, da desigualdade, e criação de condições de saúde, de alimentação, de água potável, de educação e de habitação) e direito de liberdade.

O economista Todaro (2000), por seu turno, apresenta a seguinte visão de desenvolvimento: i) desenvolvimento é a capacidade de satisfazer adequadamente as necessidades básicas humanas, tais como alimentação, habitação, saúde, educação, água potável e protecção social; desenvolvimento é a auto-estima, o sentido de dignidade, de respeito e de honra, que fazem com que um povo ou um indivíduo não possa ser utilizado por outros, para os seus próprios interesses e objectivos; desenvolvimento é a liberdade, ou seja, a capacidade de escolher livremente o seu modelo de desenvolvimento, suas orientações e estratégias, sem qualquer imposição do exterior.

Deste modo, fica explícito na obra do autor acima que, o desenvolvimento deve ser um processo endógeno, cujo objectivo é reforçar a aptidão das populações de tomarem o seu destino em mãos (*empowerment*), de criar oportunidades a cada membro da sociedade de prosperar e de contribuir para o progresso colectivo.

Deste modo, o desenvolvimento visa ao indivíduo e a comunidade onde ele se insere e não apenas as estatísticas agregadas. Quando esses bens e serviços faltam de uma forma drástica e sistemática, está-se perante subdesenvolvimento. um estado de indigência ou de subdesenvolvimento. Para Sen (1999:34), “um país pouco desenvolvido como Moçambique, poderia alcançar o desenvolvimento investindo no sector de educação, que é um serviço intensivo em mão-de-obra, recursos baratos que não exige grandes investimentos e que pode aumentar a produtividade da família, gerar renda familiar e poupanças”.

Assim, o desenvolvimento nos países pobres deve ser encarado como um processo real de mudanças e transformações de ordem económica e política e principalmente social. Isto é, deve-se refletir nos seguintes aspectos: crescimento económico (incremento positivo no produto) acompanhado por melhoria do nível de vida dos cidadãos, por alterações estruturais na economia, e por último, deve refletir-se no desenvolvimento sustentável. Isto implica que, “bens e serviços básicos tais como, alimentação e habitação, educação e serviços de saúde

bem como água potável têm de ser acessíveis a todos os cidadãos” (Comissão Sul, 1990:24-25).

Portanto, para o presente trabalho, a cooperação para o desenvolvimento deve ser entendida como um esforço levado a cabo conjuntamente por países desenvolvidos e países em desenvolvimento, com a finalidade de combater as dificuldades económicas e sociais dos últimos de forma sustentável e duradoura (Comissão Sul, 1990). Tal esforço na óptica de Sen (1999), significa envolver as populações na definição, planificação e criação do seu próprio futuro, capacitando as pessoas e comunidades para intervirem e liderarem o seu próprio processo de desenvolvimento.

Ademais, na literatura, vários autores têm pensado criticamente sobre a forma de actuação das organizações internacionais na promoção do desenvolvimento (Comissão Sul, 1999, Landim & Trevisan, 2009), de entre outros, tem enfatizado a relevância da Cooperação Multilateral técnica na condução de estudos que vivem melhorar a realidade social e económica local, capacitar gestores, transferir boas praticas, habilidades ou conhecimentos para o país de destino da cooperação prestada, entre outros aspectos.

Para Sen (1999:77), “(...) sem a cooperação técnica dos países desenvolvidos, os mais pobres necessitam esperar que algumas gerações se sucedam para atingir os níveis de conhecimento já obtidos pelos mais ricos”. A cooperação técnica permitiria, seguindo esses raciocínios, ganho de tempo e de capacidade graças à transferência de experiências e políticas públicas consideradas bem-sucedidas.

2.1.4.-Financiamento para o Desenvolvimento

Financiamento para o desenvolvimento são recursos financeiros destinados a promover o desenvolvimento. Este financiamento pode vir do aumento da poupança interna global ou da atração de fundos externos. Deste modo, os recursos financeiros para o desenvolvimento pode ser privado ou público (Gonzalez e Almeida, 2014).

Segundo Marodon (2020) recursos financeiros privados estão directamente associadas a um investimento privado significativo (concecional ou relacionado com o mercado), incluindo através de participações, empréstimos e garantias e instrumentos relacionados. Além disso, nos financiamentos públicos para o desenvolvimento são alocados por Estados

individualmente ou por meio de Organizações internacionais e Organizações Não Governamentais.

É exemplo disso, os bancos multilaterais de desenvolvimento podem, por meio de um mercado de crédito internacional mais competitivo e acessível, investimentos com grande impacto socioeconômico, buscando diminuir as desigualdades no crescimento econômico mundial (Costa, Gonzalez e Almeida, 2014). No entender dos autores, “esses recursos serão utilizados para ampliar a capacidade produtiva do sistema e investir no setor social” (Gonzalez e Almeida, 2014: 55). Deste modo, os benefícios gerados pelos bancos multilaterais de desenvolvimento vão muito além dos financeiros e sociais. Eles geram impactos positivos na produção de conhecimento que podem facilitar a nível local.

Percebe-se, portanto, a necessidade de um amplo financiamento para os países em desenvolvimento, como Moçambique de modo atingir melhores condições económicas e proporcionar o bem-estar dos seus cidadãos. Porém para Marodon (2020), os bancos multilaterais para o desenvolvimento, como é o caso de Banco Mundial, não exaure todas as necessidades do processo de desenvolvimento de um país. De acordo com o autor é preciso que haja um cometimento dos governos locais na adopção de estratégias consentâneas.

Portanto partilhando a linha de pensamento dos autores retro citados, para o presente trabalho, entende-se por financiamento para o desenvolvimento todos recursos internos e internacionais que visam a promoção de desenvolvimento. Esses recursos podem ser aplicados na construção de infraestruturas de educação, de saúde, agricultura, água, e saneamento, energia bem como na capacitação da população. Todos esses factores são cruciais para a redução da pobreza e desenvolvimento do país, tal como expresso nos Objectivos de Milénio e no Plano para Redução da Pobreza

2.1.5.- A Assistência Internacional ao Desenvolvimento

A ajuda internacional pode ser obrigatória ou gratuita na perspectiva do destinatário, e de interesse ou indiferença na perspectiva do doador. Pode ser bilateral ou multilateral. Diz-se que seu principal motivo é justiça e Solidariedade internacional. As Nações Unidas consideram que ajuda significa apenas contribuições oficiais e empréstimos exceccionalmente de longo prazo com condições de reembolso favoráveis (UN, 2008).

No entanto, existem também empréstimos e créditos à exportação que podem ser classificados como auxílios. Empréstimos da Associação para o Desenvolvimento Internacional (AID) e outros tem juros baixos, é de longo prazo e pode ser reembolsado em moeda local ou convertido em doação em alguns casos.

Ajuda Externa significa ajuda ao desenvolvimento e ajuda militar. Por outras palavras, ao contrário da ajuda ao desenvolvimento, o desenvolvimento nem sempre é um fim e as suas implicações envolvem sempre doadores e beneficiários. de recursos para o desenvolvimento. A cooperação para o desenvolvimento, além da especificação dos objetivos de desenvolvimento, inclui também iniciativas conjuntas entre doadores e beneficiários.

2.3- Participação Comunitária

Vários são os debates sobre participação e serão nessa vertente que irá se trazer neste um debate sobre alguns conceitos deste termo que tem vindo a ser utilizado em uma ampla variedade de áreas e que obteve uma gama ainda maior de significados não obstante haver uma necessidade de referenciar que não existe nenhuma definição consensual do termo “participação” sendo que esta palavra é usada em diferentes contextos e com significados distintos, não sendo intenção do pesquisador envazar e nem trazer um debate aprofundado do debate teórico sobre esta. Do latim *participatĭo*, a participação é a ação e o efeito de participar (tomar parte, intervir, compartilhar, denunciar, ser parte activo de um grupo) (Santos, 2002).

O tema participação surgiu de questões históricas e polémicas e tensas sobre a relação entre o individuo e a sociedade. Analisar essas relações a partir de uma perspectiva abrangente vai além das fronteiras científicas da sociologia. De acordo com Kyamusugulwa (2013), estes incluem história, economia, psicologia e filosofia porque a dinâmica dos processos sociais e as formas de convivência vivenciadas por cada individuo são “produtos da história”, resultados de uma determinada sociedade, definindo historicamente a estrutura social.

Em geral, o termo participação refere-se ao ato de participar, ou seja, fazer ou ter parte de algo, seja ativa ou passivamente. Em seu uso comum, pode significar: o envolvimento em determinada actividade com outras pessoas (por exemplo, participar em um jogo de futebol); o recebimento de uma parcela de algo que é distribuído (como por exemplo os lucros de uma empresa); o conhecimento sobre um determinado assunto (por exemplo, uma fofoca). A participação é, em todos os casos, um acto social, que envolve sempre a outros.

No contexto acadêmico, o conceito de participação é estudado pelas Ciências Sociais em relação à organização da vida comunitária. No campo da política, a noção de participação é utilizada para descrever o modo como os cidadãos intervêm nos assuntos comuns em um contexto democrático. A participação cidadã está em permanente tensão com outro conceito fundamental para as atuais democracias que é o da representação política. Ambas as noções constituem pilares característicos da forma democrática de governo: por um lado, a representação refere-se à distribuição de poder entre as autoridades, enquanto, a participação implica, pelo menos formalmente, um controlo do povo sobre o exercício da autoridade.

Deste modo, o conceito de participação comunitária traz-nos uma reflexão sobre a necessidade do envolvimento das comunidades nos programas de desenvolvimento de modo a que estes se tornem identificadas com os propósitos neles pretendidos e desta forma tornarem-se sustentáveis.

Como forma de enfrentar as diversas situações e como estratégia por parte do Governo este tem defendido a participação comunitária na planificação e prossecução dos seus programas de governação assim como na implementação das políticas públicas, no caso em estudo os programas de desenvolvimento comunitários, fazendo com que haja diversas interpretações sobre os seus significados e objectivos.

Para Simione (2018) a participação comunitária pode ser manifestada de várias e diferentes formas como são os casos de pressão junto das instituições oficiais com o objectivo de obter respostas das demandas localizadas no caso de consultas, acção direta, contribuição em dinheiro ou mão-de-obra, aumento da organização e da consciência política, compartilhamento de responsabilidades ou de informações.

Mesmo no meio de várias interpretações, uma diferenciação importante sobre “participação” pode ser feita e analisada entre os que identificam esta como um meio e aqueles que a identificam como um fim.

A participação comunitária interpretada como um meio, ela é geralmente virada a uma maneira de mobilização que visa um determinado objectivo, e quando esta é vista como um fim o objectivo não é algo fixo e quantificável, mas sim um processo cujo resultado será uma crescente e significativa no processo de desenvolvimento. Para Santos (2002) não é na verdade a avaliação comunitária como um meio ou como um fim que importa, mas a

identificação do processo através do qual participação como um meio revela a capacidade de se desenvolver em participação como um fim.

Esta definição inclui, portanto, um componente de “emponderamento”, que em uma tradução livre poderia ser entendida como aumento de poder, inclui ainda um processo de tomada de decisão e as diversas instâncias do exercício do poder, no entanto, uma vez que a participação encontra-se sempre relacionada a alguma acção. Em Moçambique a participação comunitária foi institucionalizada com o neoliberalismo, como pressuposto democrático, através do qual, são criados fóruns comunitários, comités e comissões de gestão, conselhos consultivos (Simione, 2018).

2.4.- Desenvolvimento Comunitário

Falar de desenvolvimento comunitário leva-nos a criar uma ponte entre o estado actual de uma comunidade e um pensamento futurista que vise melhorar ou criar melhores condições de vida através da implementação de acções de desenvolvimento em várias áreas sociais (Vasconcelos, 2008). Tal como se fez referência em outras partes desta pesquisa, desenvolvimento e o crescimento económico são conceitos diferentes. O primeiro tem a ver com o PIB *per capita* do país, já o conceito de desenvolvimento está relacionado com a melhoria qualitativa das condições sociais dos indivíduos. Por exemplo, acesso a educação, saúde e saneamento básico, entre outras necessidades.

Desenvolvimento comunitário é uma actividade social e coletiva que visa auxiliar indivíduos e grupos com o objetivo de promover o seu próprio desenvolvimento. Seu gatilho vem de deficiências e problemáticas sociais, económicas e ambientais compartilhadas, que unem as pessoas de um mesmo local na busca por uma solução que traga melhorias para todos (Souza, 1999).

Semelhante percepção, Santos (2002) afigura que o desenvolvimento comunitário resulta de projetos elaborados e executados pela própria comunidade, e que geralmente têm como autores os agentes de desenvolvimento, pessoas conscientes de que a comunidade, devidamente mobilizada e sensibilizada, é capaz de criar oportunidades económicas e introduzir melhorias em processos já praticados. Para isso, estes agentes precisam mobilizar apoio externo, como financiamento, formação profissional e assessoria técnica.

Porém, para garantir a manutenção do desenvolvimento, é preciso incluir moradores e instituições locais como parceiros na elaboração e implantação das estratégias para o desenvolvimento local, pois são eles os principais agentes das mudanças e transformações na comunidade. Essa forma de gestão permite a implementação de projetos que aumentem o impacto das iniciativas em suas comunidades, e promovam a sua sustentabilidade no longo prazo (Souza, 1999).

Portanto, desenvolvimento comunitário ou de comunidades é uma actividade social que visa dar poder a indivíduos e grupos pela oferta dos conhecimentos necessários para que ocorram mudanças em suas próprias comunidades. A autora supracitada, parte do princípio que a prática do desenvolvimento de comunidade (DC), pode ser trabalhada numa perspectiva de participação popular, pois historicamente, o usuário mais directo dessa prática são as camadas mais populares (Souza, 1999).

3.- Revisão da Literatura Empírica

Nesta seção, serão analisados estudos realizados fora de Moçambique sobre Projecto Vila do Milénio, com o objectivo de comparar essas experiências internacionais com a realidade do Projecto Vila do Milénio de Chibuto, iniciando com breve historial da criação das Vilas de Milénio em Africa.

Como documenta o relatório da ONU (2008), em Setembro de 2000, na Cimeira do Milénio das Nações Unidas, os líderes mundiais comprometeram as suas nações a reduzir a pobreza extrema e estabeleceram metas com prazo até 2015, conhecidas como os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Para as Nações Unidas (2008), essas metas visavam:

- i. Eliminar a fome e a má nutrição na Vila através do aumento da produção, acesso e utilização de alimentos nutritivos, com um enfoque especial na melhoria da situação nutricional das mulheres grávidas, mães que estão a fazer o aleitamento e crianças abaixo dos dois anos.
- ii. Melhorar os meios de subsistência de mulheres e homens e aumentar os seus rendimentos para actividades agrícolas (on e off farming) saindo da pobreza extrema.
- iii. Assegurar o acesso integral à escola primária de rapazes e raparigas e eliminar a disparidade de género nas escolas.

- iv. Melhorar o acesso a serviços médicos, especialmente dedicados a melhorar a saúde da mulher e a reduzir drasticamente a mortalidade materno-infantil.
- v. Diminuir a taxa de infecção pelo HIV/SIDA, malária, tuberculose e outras grandes doenças; e aumentar o acesso a medicamentos essenciais tais como antir-retrovirais.
- vi. Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nos programas da Vila de forma a reverter a perda de recursos ambientais e melhorar os serviços de ecossistemas.
- vii. Aumentar o acesso a energia, ar puro, água e saneamento para as famílias, escolas e serviços de saúde
- viii. Eliminar a divisão digital através da disponibilização dos benefícios das tecnologias de comunicação, em particular o acesso à Internet e a serviços de telefonia móvel.
- ix. Registrar com rigor e precisão científicos as contribuições, os custos e os resultados dos investimentos e das intervenções implementadas em cada Vila do Milénio e avaliar as oportunidades para a melhoria das lições aprendidas.

Para Muteshi (2006), as metas de desenvolvimento acima descritas eram comumente descritas como um “roteiro” para o desenvolvimento mundial que seria alcançado até 2015, baseada no combate a pobreza extrema em suas várias dimensões (física, social, cultural, política, econômica, direitos básicos e ambiental) para promover o desenvolvimento e melhorar o padrão de vida das pessoas, especialmente nos países de baixa renda.

A Declaração afirmava que todo indivíduo tem direito à dignidade, à liberdade, à igualdade e a um padrão básico de vida que inclua estar livre da fome, além de incentivar a solidariedade. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio foram criados para operacionalizar essas ideias, definindo metas e indicadores para a redução da pobreza (UN, 2008).

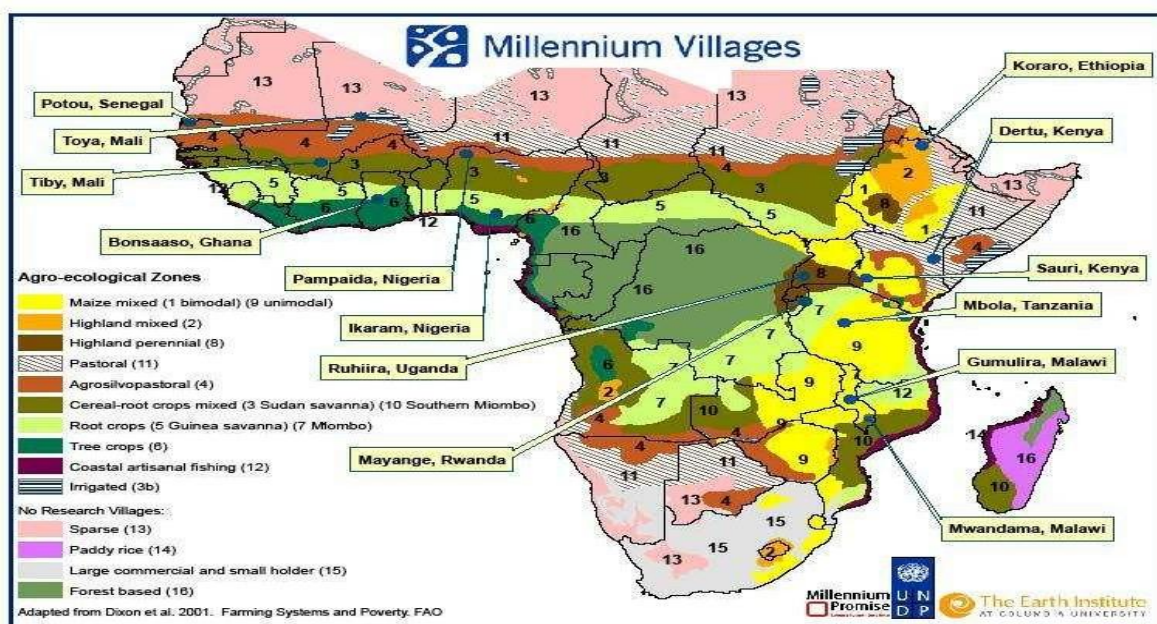
Na Cúpula do Milénio, realizada em setembro de 2000, a maior reunião de líderes mundiais da história adotou a Declaração do Milénio da ONU, comprometendo suas nações com uma nova parceria global para reduzir a pobreza, que se tornou as Metas de Desenvolvimento do Milénio (MDGs). No entanto, no início de 2004, surgiram preocupações de que a maioria das nações africanas estava fora do caminho para atingir as MDGs, uma vez que, para o alcance

das metas propostas, exigia-se um investimento médio de 10 anos entre 101 e 127 dólares por pessoa e por ano nos países de baixo rendimento (Behayo, 2015).

Diante do descompasso detectado, o Instituto de Terra da Universidade de Columbia, liderado por Jeffrey Sachs e as ONU sob liderança da Kofi Annan, criaram em Julho de 2004, o centro de suporte técnico das MDGs para as Vilas de Milénio. Foi nesta perspectiva que inicia em 2005, cinco aldeias rurais na África Subariana (Fig 1), centrando-se em intervenções de ganho rápidos.

Dado o sucesso alcançado dos alguns Projectos, decidiu-se expandir para 14 locais em dez países até ao final de 2006, dos quais, o Projecto Vila do Milénio de Sauri-Quénia, a Vila do Milénio de Ruhiira-Uganda. Em Moçambique, Vila do Milénio de Lumbo, Distrito da Ilha de Moçambique, Vila do Milénio Itoculo no Distrito de Monapo na Província de Nampula, Vila do Milénio Malua no Distrito de Alto Molocué na Província de Zambézia, Vila do Milénio de Lionde no Distrito de Chokwe na Província de Gaza e Vila do Milénio Chibuto na Província de Gaza, com o foco no combate a pobreza nos níveis local e distrital (Behayo, 2015, UN, 2008).

Figura 1. Mapa dos Projectos Vilas de Milénio em África



Fonte: The Millennium Villages Projecto, Annual Report, 2008

Para garantir a continuidade e sustentabilidade das experiências de sucessos alcançados em certas regiões da África, as intervenções nas Vilas do Milénio passaram a ser documentadas, na base de dados das Nações Unidas.

3.1.- Estudo de caso: Projecto Vila do Milénio de Sauri

Iniciado em 2005, o Projecto de Vila de Milénio de Sauri, Quénia é uma abordagem “de base para o topo” para tirar as comunidades dos países em desenvolvimento da armadilha da pobreza que, até a data da elaboração da pesquisa, 2024, afligia mais de mil milhões de pessoas em todo o mundo. Na Vila de Sauri, foi o primeiro projecto em África a fornecer os primeiros sucessos sobre a forma de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) - metas claras para reduzir a pobreza, a fome, a doença, o analfabetismo, a degradação ambiental e a discriminação contra as mulheres (Mitchell, 2018).

Como observa o autor retro, os cientistas do Instituto da Terra da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos e os especialistas em desenvolvimento nas áreas da agricultura, nutrição e saúde, economia, energia, água, ambiente e tecnologias de informação passaram a trabalhar com as comunidades locais e autoridades governamentais do Quénia para aplicar um pacote de intervenções comprovadas e integradas para ajudar as aldeias a sair da pobreza extrema (Mitchell, 2018).

Para o autor, este Projeto abraçou uma visão clara da Declaração do Milénio e o trabalho do Projeto do Milénio das Nações Unidas, que se baseiam no paradigma geral de que as nações pobres se comprometem com a boa governação e com políticas de desenvolvimento baseadas na ciência e na expansão das melhores práticas, e de que os países ricos se comprometem com uma assistência financeira muito maior, com acesso aos mercados e com uma maior transferência de conhecimentos para atingir os ODM (UN, 2008).

As intervenções no sector agrícola incluíram um pacote de tecnologia híbrida e formação em práticas agronómicas, uma vez que Projecto Vila de Millennium tem como premissa produzir indivíduos empreendedores que produzam excedentes para o mercado, transformando-os assim de agricultores de subsistência em pequenos agricultores (UN, 2008).

Portanto, este projecto teve grandes resultados, cujo principalmente devido a criação de banco de cereais, banco de investimento agrário, disponibilização de meios de produção e de transporte, construção de escolas, centros de saúde e sobretudo, o comprometimento da sua

liderança com o desenvolvimento.

3.2.-Estudo de caso: Projecto Vila do Milénio de Ruhiira

Este projecto havia sido planificado para um período de cinco anos (2006-2010). No entanto, segundo os resultados das investigações realizadas por Behayo Paddy, no seu trabalho de mestrado revelara que os cinco anos previstos para o projecto foram suficientes para que o projecto alcançasse resultados tangíveis em todas as suas actividades, incluindo as intervenções no sector de Educação (Behayo, 2015).

No que refere ao sector de educação por exemplo, ficou evidente na literatura preliminar que, houve o aumento e retenção do número das crianças na escola, principalmente do sexo feminino (Behayo, 2015). Para o autor, a sustentabilidade do projecto deveu-se a utilização de uma abordagem holística que envolveu os gestores do projecto, o governo e as comunidades locais.

Nesta abordagem, a gestão do projecto incluía a participação da comunidade no planeamento, implementação, monitoria e avaliação. A par disso, o governo tem trabalhado arduamente para melhorar o perfil de sustentabilidade do projecto. Trata-se de uma estratégia a longo prazo que tem um grande impacto na transformação rural, baseada na criação de emprego, *emponderamento* da mulher, construção de infraestruturas de saúde e educação e tecnológicas. Uma acção que coaduna com as abordagens de Sen (1999) sobre o desenvolvimento.

3.3.- Estudo de caso: Projecto Vila do Milénio de Mbola

Vila do Milénio de Mbola encontra-se localizada no distrito de Uyui, no centro da Tanzânia, a 36 km do centro da cidade, num terreno baixo e montanhoso, com uma população total de aproximadamente 34.000 habitantes, espalhados por uma área extensa na região central de savana florestal/planalto da Tanzânia (Mhegera, 2015).

A agricultura de subsistência é a principal atividade económica em Mbola, consistindo principalmente na agricultura de sequeiro e na criação de gado. Os agricultores dependem das culturas do milho e do tabaco. A aldeia tem duas estações distintas, uma estação chuvosa entre novembro e abril e uma estação seca nas restantes partes do ano. A principal época de plantação é em novembro para a colheita de Março (Bendavid, 2018).

Desde que o projecto MV começou, em Junho de 2006 a população de Mbola tem registado progressos substanciais em vários domínios da económica e social. Na área de agricultura, por exemplo, entre novembro de 2008 e janeiro de 2009, cerca de 5.600 agricultores de Mbola receberam insumos agrícolas a crédito através do esquema de crédito de insumos do projecto Vilas de Milénio. Ademais, o projeto contratou 50 de extensão agrários para ajudar a fornecer formação em práticas agrícolas melhoradas a todos os agricultores. Em 2009, os agricultores diversificaram as suas culturas para incluir culturas de alto rendimento, tais como girassóis, mandioca, frutas e legumes (Bendavid, 2018).

No domínio de comércio, foram desenvolvidas várias actividades que incluíram a venda de grãos leguminosos que em 2009, foi acrescentado pelos agricultores como segunda cultura de Mbola, para além do milho. Para o desenvolvimento destas culturas, o projecto concedeu um empréstimo no valor de 160 dólares a cada um dos cerca de 5.500 agregados familiares para a compra de uma quantidade de sementes e fertilizantes (Mhegera, 2015).

Após o reembolso do empréstimo, ganhou aproximadamente \$450 assumindo que o preço de compra dos produtos variava entre 220 US\$ por tonelada para o milho e 320 US\$ por tonelada para o girassol. Partiu-se do princípio de que os agricultores poderiam obter um preço relativamente elevado pelas sementes de girassol, porque o projecto tinha estabelecido um contracto com a maior fábrica de óleo de girassol do país. Em adição, os resíduos de sementes de girassol passaram a ser um recurso valioso para a alimentação do gado e das aves (Mhegera, 2015).

Com vista a estabelecer uma unidade de gestão forte para lidar com as pequenas e médias empresas e o microcrédito foi criada uma cooperativa de poupança e crédito. Para o sucesso da cooperativa, o Governo da Tanzânia, a equipa local e os líderes comunitários começaram a trabalhar num plano, concentrando-se nas estruturas de governação e no desenvolvimento de capacidades para garantir uma base sólida (Bendavid, 2018).

Além disso, em 2010, o projecto Vilas de Milénio doou para as comunidades três moagens de milho e máquinas de extracção de óleo de girassol. Estes moinhos permitiram que a cooperativa realizasse toda a cadeia de valor do milho e do girassol, com os correspondentes benefícios em termos de emprego e rendimentos. O projecto Vilas de Milénio incentiva a criação de aves, usando o bagaço de girassol misturado com milho como ração para galinhas (Bendavid, 2018).

Na seara da educação, existem 17 escolas primárias e quatro escolas secundárias em Mbola frutos do Projecto. Em 2009, foram construídas quatro das seis salas de aula planeadas, todas as escolas receberam uma reabilitação moderada e 14 das 16 cozinhas melhoradas planeadas foram construídas e fornecidas com fogões portáteis que confeccionam lanches para os alunos.

Na óptica do autor, com a continuação do programa de refeições escolares em janeiro de 2009, mais de 8.000 crianças em idade escolar receberam refeições escolares diárias, fornecidas em parceria com agricultores locais. Em 2009, os agricultores de Mbola satisfizeram a necessidade de fornecer cereais para apoiar o programa de refeições escolares. Outras realizações notáveis em 2009 foram a construção de 17 latrinas de fossa ventiladas, o fornecimento de carteiras e manuais escolares e sessões de formação de atualização para professores. Todos estes factores contribuíram para um aumento da frequência escolar.

Em concomitância, no âmbito do Projecto Vilas de Milénio, os acessos aos cuidados de saúde continuaram a aumentar, os serviços de cuidados obstétricos de emergência foram reforçados através da introdução de serviços de ambulância e de telemóveis em todas as unidades de saúde e nos agentes comunitários de saúde (ACS).

As intervenções bem-sucedidas e bem divulgadas de controlo da malária no agrupamento receberam o reconhecimento positivo do governo. Foram intensificados os testes de diagnóstico rápido (RDT) e a pulverização residual interior para combater a malária. Cerca de 95% de todos os agregados familiares recebe dois tratamentos de pulverização por ano. Em termos de combate ao HIV/SIDA, tanto a sensibilização para o aconselhamento e teste voluntários como os esforços de prevenção da transmissão de mãe para filho continuam em todas as unidades de saúde do agrupamento (Bendavid, 2018).

No mesmo diapasão, pondera Bendavid (2018: 23):

Na área de infraestruturas e energia, foram concluídos os projectos de construção e reabilitação de todas as estradas planeadas (45 km no total). Foram solicitados concursos para um contrato relativo a 13,4 km de estradas, duas unidades de saúde e duas salas de aula foram equipadas com eletricidade da rede nacional, enquanto a eletricidade solar foi fornecida a uma nova clínica e a quatro salas de aula. No sector de água e saneamento foram construídas várias fontes o que levou a uma cobertura de quase 100% de acesso a água potável em 2010.

Portanto, para o autor, a sustentabilidade do Projecto Vila de Milénio de Mbola se deve a estreita coordenação e colaboração entre os parceiros, a liderança local, a comunidade e as autoridades governamentais.

3.4.-Estudo de caso: Vila do Milénio de Mwandama

Projeto Vilas do Milénio de Mwandama no Distrito de Zomba, Malawi Mwandama é a mais antiga e principal vila de Milénio no Malawi e também uma das 14 vilas na África, localizada na região sul do Malawi, no distrito de Zombti, com o objetivo de atingir a estratégia dos ODMs. A região é caracterizada pela vegetação nativa das florestas de Miombo. É uma região cuja agricultura é intensamente praticada por pequenos proprietários que cultivam milho, feijão, mandioca e amendoim.

A Vila do Milénio de Mwandama tem uma população de 35.000 habitantes, com 8.500 famílias, e a maioria das pessoas são pequenos agricultores. Para o autor, antes do Projecto, quase 90% da população de Mwandama vivia abaixo da linha da pobreza, isto é, com menos de US\$ 1 por dia. As crianças também precisavam percorrer longas distâncias para ir à escola e buscar água que, muitas vezes, era lamacenta e não potável.

Com a entrada em vigor do Projeto Vila do Milénio na Vila de Mwandama em 2006, a vila passou a beneficiar-se de serviços de saúde, agricultura, educação, água, saneamento e energia que contribuiu na melhoria dos padrões de vida das populações. Dados apresentados por autor ponderam que até 2010, a produtividade média do milho aumentou em mais de cinco vezes, de 0,8 para 4,5 toneladas por hectare; o novo banco de cereais instalado no âmbito do projecto ganhou um contrato para fornecer milho US\$ 47.500 em 2010 para o Programa das Nações Unidas para Alimentação, o que contribuiu no aumento da renda para os camponeses e no impacto multiplicador adverso.

Além disso, foi criado um banco móvel que atende à comunidade, oferecendo contas de poupança e pequenos empréstimos; o acesso das famílias à água potável melhorada mais do que dobrou, com cobertura quase universal; a desnutrição crônica (atraso no crescimento) entre crianças menores de dois anos foi reduzida em aproximadamente um terço e a cobertura universal da imunização contra o sarampo foi alcançada; 85% das mulheres grávidas passaram ter testes de HIV/SIDA, um aumento de quase quatro vezes; foram construídas duas torres de telefonia móvel que aumentou a cobertura. No domínio de educação, foram construídas 14 novas escolas e todas com lanches escolares.

Portanto, tal como aponta Prysthon (2005), a estratégia para o sucesso do Projecto se deve a iniciativa da liderança local e das autoridades governamentais de capacitar toda a

comunidade, inclusive mulheres e grupos vulneráveis, por meio do desenvolvimento da capacidade técnica, administrativa e empresarial local, o que incentivou mulheres e homens a estabelecerem seus próprios negócios por meio da formação de clubes para ampliar suas oportunidades de negócios e explorar as possibilidades de geração de renda. Isso permitiu a solidariedade, a participação activa no Projecto e a sustentabilidade do Projecto.

3.5.- Caso de Moçambique

Em Moçambique, a vida comunitária tem experimentado vários modelos ao longo das fases das suas histórias: durante o processo da luta armada uma das formas de organização levadas a cabo nas zonas libertadas foi os aldeamentos nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete (Hanlon,1997). Proclamada a independência nacional, o novo Governo dirigido pela Frente de Libertação de Moçambique, em 1977 adoptou uma política de desenvolvimento rural baseada na *Socialização do Campo*, que incluía a alteração das formas de organização rural e dos sistemas de produção para aumentar a produtividade e acelerar o desenvolvimento nacional (Hanlon,1997).

Como forma de materializar este programa, iniciou-se uma mobilização das massas populares de modo a saírem das zonas recônditas e se instalarem nas aldeias comunais previamente identificadas e parceladas. Houve primeiramente uma relutância das populações, na medida em que iam deixar suas riquezas locais bem como hábitos de zelar pelas campas dos seus familiares. Apesar disso, foram instaladas as aldeias comunais o que permitiu uma agregação e organização da população (Hanlon,1997).

A aldeia comunal, passou naquele período a base fundamental do desenvolvimento, como forma de implantar vilas nas zonas rurais e assentar a população de forma organizada, tornando-se numa solução para contornar a localização dispersa e isolada das comunidades.

Conforme pondera Castel Branco, as aldeias comunais estavam devidamente estruturadas e subdivididas em 4 zonas principais: Zona habitacional; Zona de comércio onde se encontravam as cooperativas de consumo; Zona de infraestruturas sociais: escolas, postos de saúde, rede de comunicação social; Zona de produção agrícola, onde se encontravam as cooperativas de produção;

Esta forma de organização facilitava os investimentos do governo nos diversos sectores sócio- económicos, bem como na implementação de infraestruturas sociais das comunidades: escolas, centros de saúde, cooperativas de produção e de consumo. Permitiam a participação

activa das massas na transformação das suas próprias vidas e na gestão do seu próprio destino; organização do poder político e administrativo.

A política das aldeias comunais teve sucesso desde a sua implementação até o recrudescimento das acções da guerra de guerrilha, uma vez que estas, tinham como alvo as aldeias comunais, de forma a desestabilizar, dispersar e asfixiar a capacidade produtiva das massas, numa altura em que os populares estavam a colher os resultados esperados aquando da sua implementação (Hanlon, 1997). Uma vez que a aldeia comunal se inspirava no modelo da União Soviética assente nos Kolkozos e da Tanzânia Udjaman Village, estes passaram a ser hostis ao Movimento de Resistência de Moçambique.

Com advento da paz, o desafio do governo passou a ser a recuperação económica e social. Facto que é demonstrado com alocação de 70% dos recursos do Orçamento do Estado para a componente socioeconómico, no Quinquénio 2000/2004 e na elaboração de instrumentos de combate a pobreza, o Plano para a Redução da Pobreza (PARP), como uma estratégia de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo, do seu comprometimento do país nos compromissos internacionais como é o caso de ODM (Moçambique, 2001).

Na altura, Moçambique estava entre os países com baixo índice de Desenvolvimento Humano (0.379); dentre 177 países considerados, Moçambique está na 168^a posição, com uma taxa de percentagem de analfabetismo de 54,7%. Porém, com a onda de propagação das Vilas de Milénio em África na primeira década do século XXI, sob égide na ONU, Moçambique inicia em 2006, a construção das Vilas de Milénio (VM), com a criação da Vila de Milénio de Chibuto, Distrito de Chibuto na Província de Gaza, implementado com o financiamento do PNUD e do Orçamento do Estado, como uma das estratégias de combate a pobreza e promoção ao desenvolvimento, no quadro dos compromissos assumidos na Cimeira de Milénio em 2000.

Em 2007 adicionou-se a VM em Lumbo, Distrito da Ilha de Moçambique na Província de Nampula, em 2009 o PNUD e o Governo do Japão concordaram em apoiar o estabelecimento de mais três Vilas de Milénio, nomeadamente Itoculo no Distrito de Monapo na Província de Nampula, Malua no Distrito de Alto Molocué na Província de Zambézia, e Lionde no Distrito de Chokwe na Província de Gaza (CITT, s/d).

Em 2011 foi criada mais uma VM, a de Chitima, localizada no Distrito de Cahora Bassa na Província de Tete que conta com o total financiamento da Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB). Assim sendo, o país tem actualmente um total de 6 vilas do milénio duas (2) localizadas na Província de Gaza, duas (2) na de Nampula, uma (1) na Zambézia e uma (1) na província de Tete (Mitchell, 2018).

Comparando os estudos empíricos de Vilas de Milénios de Sauri, no Quénia, Ruhiira no Uganda, e do Malawi os resultados empíricos preliminares da literatura mostram a existência de grandes desafios para Moçambique, nomeadamente: i) reforço da capacidade nacional de gestão do projecto; ii) fraca coordenação entre os diversos intervenientes; e iii) a resistência à mudança também são problemas comuns para o fracasso da sustentabilidade das vilas de Milénio em Moçambique.

Nota-se igualmente, uma diferença notável, no que concerne ao forte compromisso político e investimentos robustos em capacitação e tecnologia que permitiram que esses países superassem muitos dos desafios associados a implementação das Vilas de Milénio. Estes factores são fundamentais na implementação e sustentabilidade de qualquer projectos de desenvolvimento local.

4.- Literatura Focalizada

A implantação da Vila do Milénio em Moçambique tem sido objecto de vários questionamentos na literatura, particularmente, no que se refere ao equilíbrio entre os compromissos assumidos internacionalmente como factor de desenvolvimento rural integrado baseado no *empoderamento* da comunidade, utilizando a ciência, a tecnologias e experiências locais de modo a garantir o alcance um Desenvolvimento Económico e social sustentável das comunidades e os seus resultados alcançados no quadro desse comprometimento (Mitchell, 2018).

Tal pressuposto encontra-se subjacente na abordagem das Nações Unidas sobre Vilas de Milénio, de que o Programa das Vilas se caracteriza por capacitar as comunidades no uso das experiências científicas comprováveis, tecnologicamente adequadas e aceitáveis na vida comunitária. Portanto, é tarefa do programa transmitir às comunidades um saber fazer, atuar, estar, que modifica as atitudes e comportamentos das comunidades abrangidas com vista a elevar a sua qualidade de vida.

Nesta vertente, Mitchell (2018) observa que o Projecto Vila de Milénio intervém em vários domínios com destaque para:

- i) **combate a pobreza**, busca a diversificação das empresas e desenvolvimento empresarial;
- ii) **no sector da agricultura**, procura promover e subsidiar os insumos agrícolas e sementes melhorados, formação agrária, instalação do sistema de irrigação;
- iii) na componente de segurança alimentar, busca suplementos micronutrientes e gestão de desnutrição aguda;
- iv) **na área de educação**, procura construir escolas e alojamento de professores, prover formação de professores, fornecimento de refeições escolares, melhoria das instalações escolares, saneamento, água e higiene, integração das tecnologias da informação e da comunicação;
- v) **na esfera de saúde**- busca a construção de instalações sanitárias e de alojamento para o pessoal de saúde, gestão integrada de casos comunitários através de agentes comunitários de saúde, reforço do sistema de encaminhamento por ambulância, eliminação das taxas de utilização, introdução de sistemas electrónicos de informação sanitária, campanhas de imunização, promoção de métodos modernos de planeamento familiar e assistência ao parto, prestação de serviços abrangentes em matéria de HIV/SIDA e tuberculose, distribuição de mosquiteiros, testes de diagnóstico rápido e tratamento com base na comunidade para a malária;
- vi) **infra-estruturas**- procura apoiar na instalação e manutenção de fontes de água, promoção e subvenção de instalações sanitárias melhoradas, construção de estradas, extensão das redes eléctricas e da energia solar, expansão de acesso a internet.

Na perspectiva de Akerker (2001) as Vilas de Milénio, como impulsionador de desenvolvimento, encontram o seu alicerce nos ODM e no Programa de Redução da Pobreza (PARP), cuja operacionalização se reflecte no desenvolvimento rural integrado baseado na comunidade, utilizando melhor a ciência, as tecnologias (Prysthon, 2005). Seguindo esse

pensamento a Vilas de Milénio busca acelerar o desenvolvimento rural integrado envolvendo pesquisa, transferência de tecnologia e inovação para comunidades carenciadas.

Na visão do Prysthon (2005), a Vila de Milénio resume-se em criar uma simbiose entre o saber científico, tecnológico, sociocultural e inovador das comunidades com vista a resolução dos constrangimentos que retardam o desenvolvimento social, cultural e económico através do estabelecimento de Centros de Transferência Tecnológica e Desenvolvimento Humano.

Tais transferências são feitas com base a aprendizagem de *fazer, fazendo* de forma colectiva e contínua onde se cria uma sustentabilidade dos processos nas comunidades beneficiárias e desta forma, criar espaços para o desenvolvimento horizontal e verticais auto-independentes. Aliás, estudo de Mitchell (2018) também destaca a importância da coordenação interinstitucional e de aprendizagem como elementos fundamentais para o sucesso e sustentabilidade das Vilas de Milénio.

Para o autor, a falta de integração das comunidades envolvidas no processo de desenho, implementação e monitoria dos Projectos resulta no fracasso do Projecto, comprometendo os benefícios, os investidores e os programas de desenvolvimento que vem sendo adoptados internacionalmente. Esse ponto parece fundamental no contexto do estudo em debate.

Um outro estudo importante, que foca especificamente no Projecto Vila de Milénio de Chibuto é o do Raúl Chambote (2010), no seu artigo *Programa Vilas de Milénio de Moçambique-Vila de Milénio de Chibuto, 2007 a 2009: desafio no combate à Pobreza Absoluta a luz dos ODMs*. Na sua abordagem, Chambote observa que, apesar de algumas melhorias trazidas pelo Programa Vila de Milénio de Chibuto, ainda persistem desafios significativos, tornando o Projecto insustentável.

Para Chambote (2010), entre os vários factores que contribuíram para o fracasso e a insustentabilidade Projecto Vila de Milénio de Chibuto são:

- (i) o não uso da métrica de acompanhamento de actividades e métrica de acompanhamento de impacto;
- (ii) a não utilização do Manual das Vilas de Milénio estabelecido pelas das Nações Unidas para orientar a implementação;

- (iii) a não integração da Vila de Chibuto na estrutura da governação distrital, no âmbito dos Conselhos Consultivos;
- (iv) a incapacidade da Equipa de Coordenação em Chibuto em definir e tratar de forma articulada e clara os objectivos específicos do programa, no processo da sua implementação;
- (v) a inexistência do desenho dum projecto do Programa Vila de Milénio que tivesse um Quadro Lógico, que ajudasse a Equipa de Coordenação auferir a ligação lógica e coerente entre os objectivos, as actividades e os indicadores do Programa.

No diálogo entre Chambote (2010), Prysthon (2005) e o estudo em desenvolvimento fica evidente que a missão do Programa Vilas de Milénio de Chibuto era contribuir para a redução da pobreza absoluta a partir da aplicação de todo o arsenal de conhecimento a que o país têm acesso e a sua implementação nas comunidades rurais onde é extremamente necessário, criando espaços onde se operam intercâmbios de saberes científico, cultural e inovador para o melhoramento da vida das comunidades que vivem nas imediações da Vila do Milénio.

A revisão da literatura focalizada mostra Programa como sendo relevante pois promove a participação das comunidades locais na participação dos esforços do GoM para combater a pobreza à luz do PARPA e nos esforços de desenvolvimento para se alcançar os ODMs.

É igualmente relevante em demonstrações e transferência de tecnologias e construção de escola. É um programa que estabelece o diálogo entre o GoM e os cidadãos. Porém, este programa não logrou os objectivos pelos quais foi concebido, daí que há necessidade de reexaminar tanto o conceito da sua concepção, gestão e monitoria. Dessa forma, Chambote (2010) conclui que não engajariam o distrito do Chibuto no Programa Vila de Milénio de Chibuto duma forma isolada, mas reforçariam as capacidades do Programa, sua implementação e sustentabilidade.

4.1.- Teoria Neoliberal

A teoria neoliberal emerge a partir dos anos de 1980, com ascensão política dos governos conservadores nos Estados Unidos da América (EUA), Canadá, Reino Unido, e Alemanha Ocidental. Foi a partir desta altura em que começa a notar-se uma reformulação de modelos económicos até então vigentes.

Os teóricos neoliberais defendem que "o subdesenvolvimento dos países em desenvolvimento, não se deve a actividades predatórias do primeiro mundo, do controlo das suas agências, mas sim, da pesada "mão do Estado", da corrupção, ineficiência e da falta de incentivos (Todaro, 2000).

No entendimento do autor em alusão o que é necessário, não é a reforma das instituições internacionais, a reestruturação das economias dualistas das nações em desenvolvimento, aumento de ajuda externa, tentativa de controlo do crescimento populacional, ou um sistema de planificação central mais efectivo de desenvolvimento, mas sim, uma promoção de livre mercado e economia de laissez-faire dentro do contexto de um governo permissivo que aceite a "magia do mercado" e a "mão invisível" do mercado para orientar a alocação dos recursos e estimular o desenvolvimento.

Esta visão defendida por economistas como Bela Balassa (1991), Peter Bauer (2002), e outros, expandiu-se pelo Terceiro Mundo devido a sua adopção pelas Instituições internacionais multilaterais, tais como ONU, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. A premissa básica desta teoria é que a pobreza e o lento crescimento económico nos países em desenvolvimento resulta da ineficácia do Estado na alocação dos recursos, resistência a mudanças das comunidades locais e na excessiva dependência externa.

Sendo assim, os neoliberais defendem que, é possível a promoção do crescimento económico que constitui uma das condições do desenvolvimento, embora não suficiente, se os países em desenvolvimento liberalizarem as suas economias, promoverem a cooperação com os países desenvolvidos ou instituições multilaterais para dar suporte nas suas estratégias de desenvolvimento e combate a pobreza.

O argumento dos neoliberais interpreta melhor o modelo de desenvolvimento adoptado por Moçambique e outros países da região na década no início do século, que conduziu a uma melhoria no crescimento económico, mas que teve consequências negativas no sector social. Visto que, por exemplo, a cooperação adoptada com os países desenvolvidos e as instituições internacionais não teve um reflexo directo no défice na aquisição de bens e serviços e na melhoria da vida da população.

Sustentando o exposto acima, Pavia (2000) o aumento da cooperação nos domínios de formação e capacitação da liderança e das comunidades locais, como factores fundamentais para o desenvolvimento e redução da pobreza.

Como se pode depreender, a teoria que sustenta a análise do trabalho explica melhor os factores que estão por detrás da persistência da pobreza nos Países em desenvolvimento, incluindo Moçambique. Na medida em que o combate à pobreza e a promoção ao desenvolvimento exigem um esforço integrado entre o governo, a comunidade internacional e as comunidades locais.

Cabendo ao governo, por meio de parceria, o papel chave na construção das infra-estruturas sociais (educacionais, hospitalares, estradas, habitações, entre outras), na criação de um clima favorável para atrair os investimentos, e à comunidade internacional, a concessão de ajuda e de crédito. É aqui onde reside a pertinência da teoria neoliberal neste trabalho.

CAPÍTULO – III. METODOLOGIA

Este capítulo apresenta o caminho metodológico seguido na pesquisa. Como aponta Lakatos e Marconi (2009), a metodologia é um conjunto de actividades sistemáticas e racionais que permitem alcançar os objectivos traçados e validar os resultados. Paralelamente, este capítulo está dividido em duas secções, sendo que, a primeira debruça-se sobre o tipo de pesquisa. A segunda aborda os procedimentos que foram usados para a realização da mesma. Ainda neste capítulo irá-se abordar os tipos de pesquisa (quanto à abordagem do problema, quanto aos objectivos, quanto aos procedimentos técnicos), métodos de abordagem do problema, técnicas e instrumentos de recolha de dados, métodos de análise e compilação de dados, população e amostra.

3.1.- Tipo de pesquisa

Para desenvolver pesquisa sobre a Cooperação Multilateral como Factor para o Desenvolvimento do projecto Vila do Milénio de Chibuto aplicou-se a pesquisa qualitativa. O uso da pesquisa qualitativa neste estudo contribuiu para que se fizesse uma análise aprofundada sobre o comportamento dos elementos a serem pesquisados.

A pesquisa qualitativa que se preocupa, no entanto, com aspectos da realidade que não pode ser quantificada, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

De acordo com Deslauriers, (1991):

A pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objectivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (p. 58).

A principal preocupação em relação ao uso desta abordagem na pesquisa não consiste em conhecer de forma absoluta o número total dos envolvidos no estudo, mas sim compreender o fenómeno existente. Sendo que a pesquisa qualitativa tem um impacto positivo para o nosso estudo pois fundamentalmente consistiu em dados descritivos (Lakatos & Marconi). Acrescido a isso, a pesquisa qualitativa ressalta o contexto social do pesquisador e da sua

pesquisa na sociedade, portanto o objetivo do pesquisador não reside em quantificar os factos, mas sim, em estudar os diferentes fenómenos e seus sentidos.

Para tal, foram recolhidos por meio da literatura e do trabalho do campo informações da população residente na comunidade. Este esforço resultou na compreensão dos ODM, sobre a pobreza extrema e sobre as variáveis próprias das áreas rurais, na familiarização da abordagem Millennium Village como estratégia de desenvolvimento rural e na percepção da dinâmica da comunidade alvo e estratégia de intervenção.

Quanto aos objectivos e face aos objectivos plasmados, a pesquisa é primeiramente descritiva pelo facto de trazer a descrição geral do sítio pesquisado, dos conteúdos oriundos da revisão teórica, das observações diárias das actividades desencadeadas na fronteira.

Para Triviños (1987):

Os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exacta dos fenómenos e dos fatos. Estes fogem da possibilidade de verificação através da observação. Ainda para o autor, às vezes não existe por parte do investigador um exame crítico das informações, e os resultados podem ser equivocados; e as técnicas de colecta de dados, como questionários, escalas e entrevistas, podem ser subjectivas, apenas quantificáveis, gerando imprecisão (p. 112).

Para o caso em apreço, o uso do estudo qualitativo implicou a descrição de como é feita cooperação multilateral entre Moçambique e os financiadores do programa Vilas do Milénio através de fundos de vários doadores internacionais como são os casos do PNUD, da MITSUI, JICA de entre outros, na implementação das políticas de Cooperação Multilateral, as modalidades de participação das comunidades na concepção do Programa Vilas do Milénio assim como a percepção das comunidades abrangidas pelo Programa Vilas do Milénio sobre a melhoria das suas condições de vida.

Em seguida recorreu-se a pesquisa exploratória, que segundo Gil, (2007) tem como objectivo, proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Sendo que nas pesquisas feitas não foi possível identificar nenhum estudo em concreto que trouxesse uma análise baseada na Vila do Milénio do Chibuto.

O estudo do campo, vai-se colectar dados através da entrevista que se caracteriza pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza colecta de dados junto as pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa.

3.2.- Método de abordagem

Método indutivo é aquele, cuja aproximação dos fenómenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (Lakatos & Marconi, 2008).

Tratamos a pesquisa do particular através das observações directas até ao geral, as conclusões extraídas nela.

O estudo consistiu numa abordagem indutiva. Segundo Lakatos e Marconi (2003), é um processo mental por intermedio do qual partindo de dados particulares suficientemente constatados infere-se uma verdade geral ou universal não contida pelas partes examinadas.

Para a aplicação do método indutivo fez-se a abordagem do problema relacionado á Cooperação Multilateral como factor para o desenvolvimento na sustentabilidade dos programas de desenvolvimento comunitário, trazendo os factos de forma descritiva face á realidade existente, onde tomou como base o projecto Vila do Milénio de Chibuto.

3.3.- Método de procedimento

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e electrónicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites* (Fonseca, 2002).

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objectivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002).

Ao aplicarmos a pesquisa bibliográfica foi possível ler materiais já publicados como são os casos de documentos sobre as Vilas do Milénio, relatórios de avaliação e outros artigos sobre Cooperação Multilateral como Factor para o Desenvolvimento da Vila do Milénio de Chibuto, na sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento, sendo que este nos ajudou a compreender até que ponto esta pode contribuir para a continuação dos projectos após o fim do financiamento do doador que é função deste alavancar a comunidade como forma de

impulsionar o desenvolvimento no caso em concreto a comunidade da Aldeia Comunal Samora Machel no município de Chibuto.

3.4.- Universo e Amostra

Marconi e Lakatos (2001) referem população ou universo da pesquisa como o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam, pelo menos, uma característica em comum. Enquanto amostra de uma pesquisa é definida como uma parte da população que reúne as mesmas características.

A vila do milénio de Chibuto foi constituída em 2006 e visava assistir os camponeses da zona baixa da Aldeia Comunal Samora Machel que é composta por quatro (4) bairros e tem como área de atuação a agricultura, saúde, água e saneamento, educação. Corte e costura, avicultura, piscicultura, corte e costura e tecnologias de informação através da instalação de uma sala de informática.

Para a pesquisa em causa a população foi composta pelos membros da associação dos camponeses da Vila do Milénio, Coordenadores do projecto, secretários de bairro, dirigentes de instituições com áreas de atuação no projecto, técnicos de assistência afecto pelo CITT.

Relativamente aos participantes, foram seleccionadas em função da sua relevância no estudo e chegado na 11 pessoa entrevistada decidiu-se interromper, pois devido a saturação da amostra as respostas tendiam a serem repetitivas.

Glaser e Strauss (2006) explicam a saturação como o momento em que o investigador percebe que as lacunas em sua teoria, sobretudo aquelas relacionadas aos conceitos principais, foram em grande parte sanadas, se não completamente.

Na concepção de Kaufmann (1996), a saturação representa um processo baseado no acúmulo de ideias e conceitos que, à medida que a coleta dos dados avança, tornam-se mais claros e articulados entre si. Nesse processo, as hipóteses de pesquisa se afinam e formam um núcleo central, ou seja, o modelo teórico atinge maturidade e estabilidade.

3.5.- Técnicas e instrumentos de recolha de dados

No que refere a técnicas e instrumentos de recolha de dados usou-se a pesquisa bibliográfica com recurso a consulta de vários materiais existentes nos arquivos que tratam sobre o tema, pesquisa documental que se recorreu a documentos e publicações como são os casos de vários

relatórios de monitoria das Vilas do Milénio, Relatórios de Avaliação elaborados por equipas multisectoriais e publicados pelo Ministério de Ciência e Tecnologias através do CITT.

3.5.1.- Pesquisa bibliográfica

Para Lakatos e Marconi (2009, p.192), “pesquisa bibliográfica é um apontamento geral sobre os principais trabalhos já realizados, revistados de importância por serem capazes de fornecer dados actuais e relevantes relacionados com o tema”

No nosso ponto de vista, a pesquisa bibliográfica consiste na revisão de matérias já elaborados por outros autores. Nesse âmbito a pesquisa bibliográfica contribui para analisar os posicionamentos já avançados por outros autores em relação á participação comunitária na sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento.

3.5.2.- Pesquisa Documental

Pesquisa documental é aquela que se vale de materiais conservados em órgãos públicos ou privados, que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa (Vergara,2010).

No nosso ponto de vista, a pesquisa documental é aquela que se realiza com base nos materiais não testados cientificamente. Para o nosso caso de estudo a pesquisa documental contribuirá para que analisemos a participação comunitária na sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento.

Portanto, a partir de materiais tais como relatórios arquivados nas instituições diretamente ligadas ao Projecto Vilas do Milénio como são o caso do Ministério de Ciências e Tecnologia (Centro de Transferência de Tecnologias e Inovação), Serviços Distritais de Agricultura, da Educação, Juventude e Tecnologias e da Saúde Mulher e Acção Social de Chibuto e dos Escritórios da Vila do Milénio de Chibuto.

3.5.3.- Entrevista

A entrevista consiste em uma conversação entre duas pessoas, realizada por iniciativa do entrevistador, o qual visando obter informações pertinentes á pesquisa ou visando extrair visões e opiniões do (s) entrevistado (s), formula perguntas ao (s) entrevistado (s), que lhe responde (m) oralmente (Minayo,2009).

Segundo Marconi e Lakatos (2004), a entrevista é uma técnica de pesquisa que representa um dos instrumentos básicos para a coleta dos dados. Trata-se de uma conversa oral entre duas pessoas, das quais uma delas é o entrevistador e a outra o entrevistado. O papel de ambos pode variar de acordo com o tipo de entrevista. Independente disso, os objetivos de uma entrevista são obter informações importantes e compreender as perspectivas e as experiências das pessoas entrevistadas. As autoras também relatam que antes da entrevista, o pesquisador deve informar ao entrevistado sobre o interesse, a utilidade, o objetivo, as condições da mesma e o compromisso do anonimato. Também é importante que, na conversação, o pesquisador demonstre motivação e credibilidade. Além de tudo, deve ser prudente. Para Gil (1999), a entrevista é uma forma de interação social, um diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Marconi e Lakatos (2002) descrevem que as entrevistas são capazes de oferecer as seguintes vantagens para uma pesquisa:

- ✓ Conhecer o que as pessoas pensam ou acreditam sobre os fatos investigados.
- ✓ Compreender a conduta das pessoas através dos seus sentimentos e anseios.
- ✓ Obter dados que não se encontra em fontes documentais, mas que são relevantes e significativos.
- ✓ Analisar, além das respostas, reações, gestos, etc.
- ✓ Repetir, esclarecer e reformular perguntas.
- ✓ Esclarecer, de imediato, certas discordâncias encontradas nas respostas.

Em função das vantagens supracitadas, esta técnica foi escolhida. Entre as diversas categorias de entrevistas, decidiu-se aplicar a semiestruturada. Neste caso, o pesquisador possui uma ideia clara sobre o que considera relevante e, durante todo o tempo, assegura-se de que certos pontos serão discutidos nas respostas. Mas, ao mesmo tempo, os respondentes também podem levantar questões que são de importância particular para eles. Marconi e Lakatos (2004) relatam que, na entrevista semiestruturada, o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão. As autoras também relatam que a entrevista semiestruturada possui outros nomes, como assistemática, antropológica e livre.

A preferência para a escolha da técnica de entrevista neste estudo é que permitiu aos entrevistados ganharem espaço para apresentar os seus posicionamentos sem, no entanto, preocuparem-se pelas limitações temporárias. Nessa perspectiva, a nossa entrevista será dirigida a todos os elementos seleccionados para o estudo.

Através da entrevista foi possível entre outras informações apurar as informações inerentes aos objectivos da pesquisa em relação a Cooperação Multilateral como factor para o desenvolvimento de programas comunitários.

3.5.4.- Técnicas e Instrumentos de Análise e Validação de Dados

Para a análise de dados serão agrupadas respostas semelhantes relacionadas com o mesmo assunto, obtidas dos diferentes intervenientes, em forma de quadro/tabela que a posterior foram analisadas com base numa análise estatística descritiva, que permite formular conclusões tendo em conta os factos narrados e observados.

3.6.- Análise do Conteúdo

A análise de conteúdo é utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de documentos e textos que nos conduziu às descrições sistemáticas de abordagens qualitativa ou quantitativa, ajuda a reinterpretar as mensagens e atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai de além de uma leitura comum, ela ultrapassa os limites de uma simples técnica de análise de dados, pois representa uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias (Moraes 1999).

No presente estudo, a análise de conteúdo foi realizada na informação recolhida por meio de entrevistas semiestruturadas. Esta análise permitira o agrupamento das respostas semelhantes de diferentes elementos (Membros da associação dos agricultores, técnicos de assistência ao projecto, membros de direcção das instituições de tutela abordados sobre o mesmo assunto.

Esta análise ajudou-nos a perceber até que ponto a Cooperação Multilateral para o desenvolvimento tem sido um factor efectivo no desenvolvimento da comunidade abrangida pelo programa Vila do Milénio de Chibuto e por outro lado teremos um feedback dos resultados quanto a sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento comunitário.

3.7.- Limitações do Estudo

Como limitações do estudo tem a considerar a limitação importante quanto á sua população e amostra definidas para este por estar ser considerada um fator limitante tendo em vista o tamanho desta.

Outra limitante é a questão financeira que influencia na deslocação para o local do estudo em caso de que haja uma necessidade de rever algumas respostas dos entrevistados, assim como de pequenos incentivos para as pessoas envolvidas no projecto.

3.8.- Aspectos Éticos

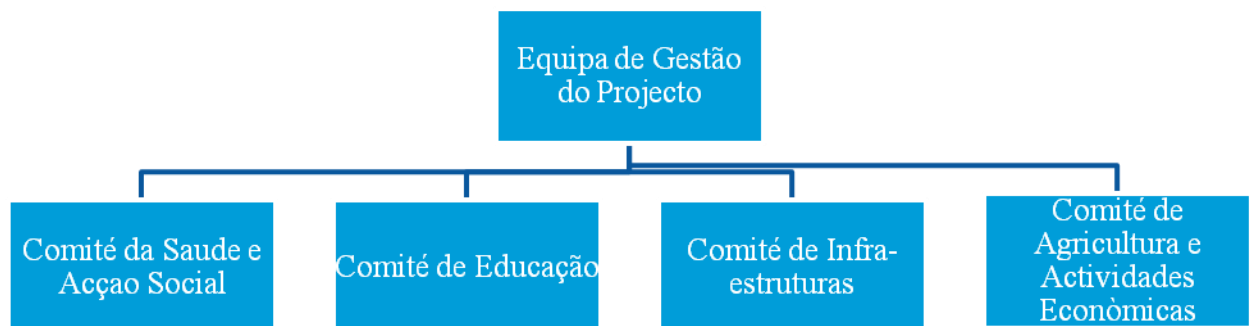
A ética procura assegurar a justiça, equidade, equilíbrio, integridade, honestidade, verdade, transparência e o anonimato. Referente a estes aspectos o pesquisador ira salvaguardar a confidencialidade das informações em relação á comunidade em questão, de tal forma que no contexto da entrevista os envolvidos serão informados que os dados serão no anonimato, sem que sejam divulgados a terceiros, se não para o contexto da pesquisa cujo propósito será de contribuir para o enriquecimento do conhecimento científico na área da participação comunitária na sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento.

Após a recolha dos dados procedeu-se á sua análise de forma confidencial, honesta e transparente, usando a codificação dos informantes como forma de garantir a validade e fiabilidade, evitando interferir nos seus discursos e assim garantir que os resultados reflitam a realidade fornecida pelas fontes.

No ano 2006 foi instalada a primeira Vila do Milénio tutelada pelo Ministério de Ciências e Tecnologia que com o financiamento do PNUD visava potenciar as comunidades em varias áreas sociais desde a melhoria das técnicas de produção, processamento de produtos agrícolas, criação de peixe em cativeiros, tratamento de água para o consumo, criação de animais e outras actividades que contribuiriam para a melhoria da renda familiar.

A realização do estudo no local intervencionado pelo programa é imprescindível para a recolha de dados mais concisos e realísticos que permitem ao pesquisador vivenciar a realidade e colectar informações credíveis junto dos envolvidos no estudo.

Figura 3: Estrutura da VMC



Fonte: Moçambique, 2006

4.2.- Apresentação dos resultados

A literatura e o trabalho de campo apontam que a Vila do Milénio de Chibuto foi construída na aldeia Comunal Samora Machel, como resultado dos compromissos assumidos entre o Governo de Moçambique (GoM) e o Sistema das Nações Unidas em Moçambique, representado pelo PNUD, como UNFA e Organização Mundial da Saúde (OMS), no quadro da implementação conjunta do Projecto Vilas de Milénio de Moçambique (PVMM) assinado no dia 22 de Novembro em 2006 no Distrito de Chibuto, Província de Gaza (CITT).

Tal como discutido no capítulo de revisão bibliográfica, no âmbito do financiamento, o GoM aprovou a criação de Trust Fund das Vilas de Milénio para Moçambique (TF-VMM), cuja gestão estava sob responsabilidade do PNUD na fase inicial, de acordo com a solicitação do Governo de Moçambique, enquanto a implementação directa era da responsabilidade do Ministério de Ciência e Tecnologia (MTC) em estreita coordenação com a respectiva Vila e estruturas governamentais do Distrito de Chibuto, como forma de potenciar as comunidades e em particular aos agricultores de desenvolvem as suas actividades na baixa existente naquele local, potenciando as comunidades na melhoria das técnicas de produção agrícola, agro-processamento, água e saneamento do meio e boas práticas nas áreas de saúde e educação (CITT).

A aldeia Samora Machel parece ser uma das tantas aldeias que foram criadas após a independência nacional e neste caso em concreto veio acolher as vítimas das cheias de 1977 que assolaram quase toda a zona baixa banhada pelo rio Limpopo.

Conforme abaixo ilustrado o sistema de gestão do programa baseia-se no CITT ao nível central, como entidade responsável pela implementação global, apoiado por pequenas equipas em cada vila, compostas por um coordenador, um administrativo, um motorista e técnicos de extensão para as áreas de saúde, agricultura, educação e género e HIV/Sida. Ao nível da vila existem comités de área formados por representantes das comunidades abrangidas pelo programa, e um Comité de Desenvolvimento Local que velam pela implementação das actividades, conforme atesta a fig. 1.

O organograma da CITT (Comissão Interinstitucional de Trabalho em Saúde) é estruturado da seguinte forma:

- CITT** (Comissão Interinstitucional de Trabalho em Saúde) é o órgão central, responsável por:
 - Instituições de Investigação e Pesquisa, Universidades, etc.**
 - Programa Vilas do Milênio**
 - Comitê Técnico** (Ministério de C.T., UNDP, Membros: MINEC, MPD, INE, MISAU, MAE, Agências UN)
 - Programa**
 - Programa**
- Estrutura Central** (representada por uma braceleta) engloba:
 - Gestão de R.H. e Finanças**
 - Planejamento**
 - Operações**
- Estrutura Local (CITD/H)** (representada por uma braceleta) engloba:
 - Comitê Desenvolvimento Local** (CRCT, Governos Distritais e Lideres Comunitários, Organizações Comunitárias de Base)
 - Coordenador Científico** (responsável por:
 - Educação** → **Comité**
 - Saúde e HIV/SIDA** → **Comité**
 - Agricultura** → **Comité**
 - Água e saneamento** → **Comité**
 - Equidade de Gênero** → **Comité**
 - Administração/Finanças e RH**

A fim de assegurar a participação dos parceiros ao nível central, o desenho do projecto incorporou um Comité Técnico, liderado pelo Director do CITT, com representantes dos ministérios do Plano e Desenvolvimento, Administração Estatal, Agricultura, Obras Públicas e Habitação, Mulher e Acção Social, e Educação, bem como representantes do PNUD, OMS, FNUAP, da Embaixada do Japão e da Agência de Cooperação Internacional do Japão.

Este comité foi criado para acompanhar numa base mais frequente as actividades do projecto, incluindo visitas anuais de monitoria às vilas. Existe ainda o Comité Directivo liderado pelo Ministro de Ciência e Tecnologia, e integrado por representantes do Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação, do PNUD, da Embaixada do Japão e da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) que tem o papel de dar orientações estratégicas sobre a implementação do programa.

48

Na área da agricultura, que contemplava a produção de hortícolas, criação de frangos e piscicultura, tinha como objectivos:

- Melhorar a fertilidade dos solos, redução da intoxicação por agroquímicos bem como melhorar a textura dos solos nas áreas de produção da comunidade;
- Capacitar os camponeses locais em matérias de uso e manutenção de equipamento de aplicação de defensivos agrícolas;
- Facilitar a rega nos pomares e reduzir o índice de evapo-transpiração da água;
- Aumentar a produção agrícola na Vila do Milénio de entre outros.

Na educação foram definidos os seguintes objectivos:

- Aumentar o número de alfabetização na Vila;
- Reduzir o analfabetismo na Aldeia Samora Machel;
- Erradicar o analfabetismo digital;
- Incentivar o empreendedorismo na comunidade Samora Machel;
- Promover o desporto juvenil no seio da juventude da Vila;
- Reduzir o número de jovens desocupados e promover intercâmbio entre jovens.

Na área da Saúde foram definidos os seguintes objectivos:

- Reduzir a malária na Vila;
- Aumentar o nível de eficiência na cura;
- Melhorar a saúde da comunidade;
- Garantir melhor tratamento de doenças infecciosas,
- Conhecer de perto a saúde da comunidade.

Na área de água e Saneamento foram definidos os seguintes objectivos:

- Melhorar as condições de saneamento e limpeza de fontenários junto do Centro da Transferência de Tecnologia e Desenvolvimento Humano (CTTDH), bem como outras localizadas nos bairros da Aldeia Samora Machel;
- Garantir a higiene e saneamento do meio;
- Garantir a higiene e saneamento do meio.

Na área de HIV/SIDA e género foram definidos os seguintes objectivos:

- Educar a Vila em matéria de prevenção contra o HIV/SIDA;
- Reduzir índices de contaminação do HIV/SIDA.

Com a implementação dos objectivos acima arrolados esperava-se como resultados a disseminação de boas práticas do conceito Vilas de Milénio; o aumento da produção e productividade agrícola; acesso melhorado a educação e serviços sociais de qualidade; acesso melhorado a saúde, água e saneamento do meio e o melhoramento do padrão de vida dos habitantes da VMC através da introdução e uso de novas tecnologias na agricultura, acesso a educação, saúde e água potável com vista ao alcance dos ODMs.

A vila do Milénio sendo um programa que visa a erradicação da pobreza absoluta com base no trabalho das comunidades empobrecidas através do uso das capacidades e potencialidades locais, com enfoque na expansão e uso de ciência, tecnologia e gestão do conhecimento nos PvDs, “só será um sucesso caso tenha um quadro de pessoal capaz de executar as suas actividades de acordo com os programas, políticas e estratégias objectivamente estabelecidas” (MTC,2006)

4.3.- Análise e discussão dos resultados

4.3.1.- Participação comunitária

Da participação comunitária na implementação do programa Vilas do Milénio de Chibuto colocou a questão de *Qual é a sua percepção em relação a implantação da Vila do Milénio de Chibuto* da qual a resposta foi de ser superficial pois esta não tem acesso as modalidades da gestão dos fundos disponibilizados pelos parceiros de cooperação, sendo que a comunidade é reunida em formas de comités representativos, não havendo uma clareza nos métodos para a selecção dos membros para a constituição dos mesmos, o que torna difícil a definição dos objectivos claros para a satisfação da maioria no processo de levantamento das necessidades e depois são alocadas os insumos adquiridos.

Esta forma de participação viria a percepção de que os insumos adquiridos pelo programa são um donativo, faltando assim o valor da pertença nos beneficiários que criam a mentalidade de que sempre irão receber o apoio e desta forma não há nenhuma necessidade da lucratividade e da sustentabilidade.

Para Batlley (1983) a participação comunitária pode ser manifestada de várias e diferentes formas como são os casos de pressão junto das instituições oficiais com o objectivo de obter respostas das demandas localizadas no caso de consultas, acção direta, contribuição em dinheiro ou mão-de-obra, aumento da organização e da consciência política, compartilhamento de responsabilidades ou de informações (p.7)

O projecto prevê que as comunidades, em concertação com o governo distrital e com as organizações da sociedade civil, assumam a liderança, sendo que, os diversos comités e equipas recebem formação da MVP de forma a melhor gerirem os recursos e assegurem uma participação plena da comunidade, apropriação e igualdade de género em todas as acções. (The Earth Institute 2008b)

A participação comunitária interpretada como um meio, ela é geralmente virada a uma maneira de mobilização que visa um determinado objectivo, e quando esta é vista como um fim o objectivo não é algo fixo e quantificável, mas sim um processo cujo resultado será uma crescente e significativa no processo de desenvolvimento.

Para Moser (1989), não é na verdade a avaliação comunitária como um meio ou como um fim que importa, mas a identificação do processo através do qual participação como um meio revela a capacidade de se desenvolver em participação como um fim (p. 84).

Sendo esta visão conceptual da participação em vários sentidos podemos concluir que embora não de forma abrangente a comunidade é sim envolvida no processo da definição dos objectivos do programa, não obstante a falta do sentimento de pertença por parte dos beneficiários que por varias vezes não se identificam no seu todo com os investimentos feitos pelos parceiros de cooperação na Vila do Milénio de Chibuto, situação que levou a que ocorressem vandalizações de infraestruturas e pilhagem dos bens e equipamentos ali instalados.

4.3.2.- Desenvolvimento Comunitário

O propósito e objectivos da implementação do PVM em Moçambique é a erradicação da pobreza e consequentemente a melhoria das condições de vida das comunidades através da transferência de tecnologias no sector agrário visando o incremento da produção e da productividade, melhoria das condições de acesso a saúde, educação, agua e saneamento do meio.

Para (Vasconcelos, 2008), desenvolvimento é o crescimento económico tem conceitos diferentes, o aumento do PIB *per capita* é a única consideração do crescimento do país, já que o conceito de desenvolvimento em relação à saúde é mais qualitativo, educação e saneamento básico, entre outras necessidades, para que os pessoal de uma nação

Olhando para as respostas dos entrevistados estes objectivos foram sim alcançados mesmo que não seja na sua totalidade pois a comunidade abrangida pelo programa se beneficia de um melhor saneamento com a implementação e construção de latrinas sanitárias, melhoria das condições da educação através da construção de mais salas de aulas e seu apetrechamento com carteiras escolares e da distribuição de material escolar.

4.3.3.- A Cooperação Multilateral como factor para o desenvolvimento da Vila do Milénio de Chibuto

A implantação da Vila do Milénio que visava beneficiar a comunidade Samora Machel no município de Chibuto Distrito do mesmo nome foi em resultado dos acordos de cooperação firmados entre o Governo de Moçambique e instituições financeiras internacionais como são os casos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tutela pelas Nações Unidas e pela Agencia Internacional para o Desenvolvimento (JICA) do Governo do Japão, que através do financiamento directo ao Governo de Moçambique disponibilizavam fundos para a transferência de tecnologias para as áreas da agricultura, saúde, educação, água e saneamento do meio e para o desenvolvimento humano através do acesso às tecnologias de Informação e Comunicação.

Da revisão da literatura pode-se concluir que a Vila do Milénio de Chibuto alcançou de forma parcial os seus objectivos, visto que apesar da disponibilidade do financiamento e da instalação de infra-estruturas que visassem responder o real propósito da instalação desta, faltou a componente da sustentabilidade o que tornou esta ideia num fracasso para alcançar de forma integral os ODM nas zonas mais pobres e que estão desenhadas dentro dos compromissos internacionais de Assistência Oficial ao Desenvolvimento

4.4.- Condições Ecológicas

A Aldeia Samora Machel tem uma condição física natural heterogenia, sendo que uma parte da aldeia abrange a zona alta que é habitacional e a zona baixa que é dedicada a prática das actividades agrícolas e para a pastagem de gado de diferentes espécies. A área agrícola possui

vários cursos de água através de pequenas valas que servem de descargas de alguns riachos que descarregam as suas águas no rio Limpopo que se localiza a escassos metros da área de produção agrícola, possuindo solos argilosos próprios para a produção agrícola.

Foram estas características que determinaram a escolha do local para a implantação da Vila do Milénio no ano de 2006, alocando-se nela dois tratores com respectivas alfaías, unidade de processamento de produtos agrícolas, juntas de bois para tração animal, pavilhões para a criação de frangos de corte, pocilgas para a criação de suínos para abate, uma sala de informática apetrechada com todo o equipamento centro de corte e costura, tendo sido criada uma Comissão de Gestão supervisionada por um Gestor e dois Técnicos, ambos contratados pelo Ministério de Ciências e Tecnologias cujos encargos eram suportados pelo PNUD.

Figura 5 Escritórios e Parque de Maquinas da VMC



Figura 6 Escritórios e Parque de Maquinas da VMC



Ilustração 7 Edifício para Centro de Saúde e Alpendre

Figura 8 Tratores adquiridos pelo PVM



Fonte: Arquivo do Autor

4.5.- Situação Económica

A população da Aldeia Comunal Samora Machel tem como base de sustento a prática da agricultura com destaque para as culturas de milho, feijão e hortícolas, e a criação de animais, as actividades agrícolas são praticadas na zona baixa (margens do Rio Limpopo), onde existe vários riscos da dependência de factores climáticos tomando em consideração que durante a época seca não é realizada nenhuma actividade agrícola e na época chuvosa existe o risco das inundações provocadas pelo transbordo do leito do Limpopo.

A área onde foi implantada a Infra-Estruturas da Vila do milénio de Chibuto conta com 20 (Vinte) Hectares de terra, onde os agricultores foram distribuídos pequenas parcelas para a prática da actividade agrícola, onde foi implantado um sistema de irrigação que segundo o CITT numa notícia divulgada pela Agência de Informação de Moçambique (AIM), esta avaliado em Dois Milhões de Dólares Americanos e contou com o financiamento do PNUD através de fundos do Governo do Japão com uma capacidade de irrigação para uma área de 53 Hectares.

Figura 9: Sistema de rega instalado na VMC



Fonte: Arquivo do autor

Em relação ao Aumento da Produção e Produtividade Agrícola, a produtividade aumentou numa forma geral nas três vilas abrangidas, embora em escalas diferentes, devido à grande ênfase desde o princípio do programa no fornecimento de insumos e serviços agrícolas, além de infra-estruturas. A formação através de campos de demonstração ofereceu a oportunidade para a introdução de melhores métodos de produção através do conceito de “aprender fazendo”, e a introdução de melhores maneiras de armazenamento dos produtos agrícolas diminuiu as perdas e aumentou a proporção de culturas de rendimento.

Em resposta os entrevistados referiram que com o fim do financiamento do Programa estes passaram a depender de meios próprios e sem nenhum apoio o que torna a actividade menos sustentável, aliado ao facto de os meios que foram adquiridos pelo programa (tractores e alfaías), ficaram obsoletos e nunca mais serviram os agricultores enquanto o sistema de regadio tornou-se insustentável devido ao alto custo dos combustíveis para o abastecimento da Motobomba, assim como para a aquisição de acessórios para a sua manutenção.

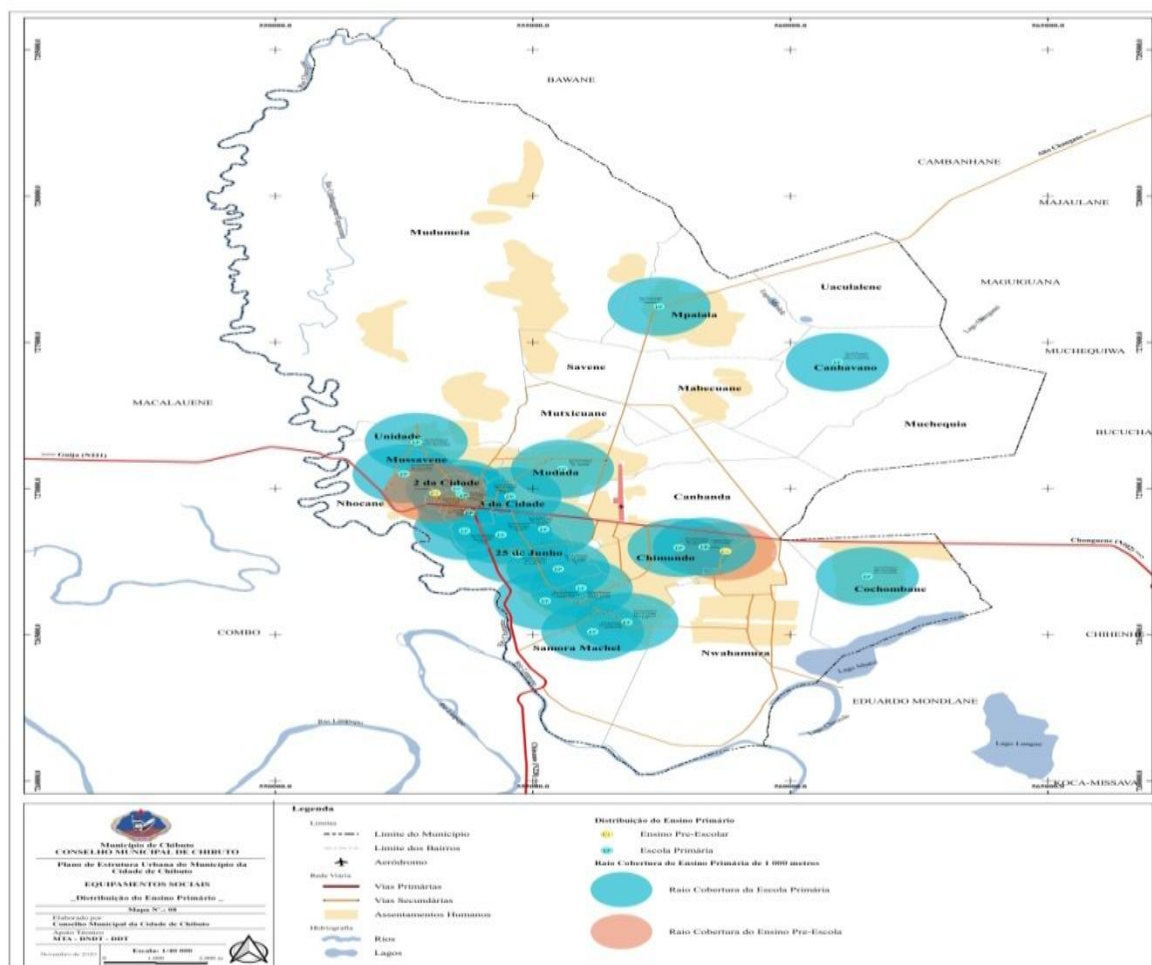
Quanto aos demais projectos financiados pelo PVM (Criação de frangos de corte, piscicultura, suínos, corte e costura, centro de informática) todos encontram-se encerrados por vários motivos do qual pode se salientar a má gestão dos comités criados para o efeito, tendo havido vandalização e extravio de todos os materiais, o que tornou a Vila do Milénio como um sítio abandonado apesar de haver neste momento infra-estruturas que possam ser reaproveitadas para outros fins em benefício da comunidade.

4.6.-Serviços Sociais Básicos

O Acesso Melhorado à Educação e a Serviços Sociais de Qualidade melhorou visivelmente nas 3 vilas. A construção de salas de aula e latrinas nas escolas, a distribuição de material didáctico a alunos e professores bem como bicicletas à alunos que moram longe da escola, melhorou a frequência escolar.

Como referido anteriormente, o Aldeia Samora Machel conta com 04 Escolas sendo uma em cada um dos bairros que leccionam da 1ª a 7ª Classe e os alunos destas escolas quando transitam para a 8ª classe devem concorrer às vagas existentes nas três escolas Secundárias existentes ao nível do Município de Chibuto, fazendo com que muitos destes abandonem a escolaridade após a conclusão do nível básico por insuficiência de vagas.

Figura 10: Distribuição das Escolas no Município de Chibuto



Fonte: CMC- Chibuto 2024

4.6.1.- Saúde, Água e Saneamento

A nível da saúde esta aldeia conta com um centro de saúde que foi implantado pelo Programa Vilas do Milénio e posteriormente garantido o seu funcionamento pelo Governo. Foram criados comités de saúde e de HIV/Sida para fins informativos não obstante a falta de clareza sobre a divisão de tarefas entre os dois comités sendo um comité faz a sensibilização sobre os mesmos assuntos do outro.

Foram efectuadas acções com vista a melhorar o acesso à serviços de saúde com a instalação de um Posto de Saúde na Vila, que posteriormente viria a ser transferido para a Aldeia devido a constantes vandalizações e roubo de medicamentos pois não existia nenhuma segurança no local apos o fim do financiamento e da retirada do pessoal contratado pelo Programa.

Um dado importante no sector da saúde foi o uso da moringa para a purificação da água, existindo até ao presente momento vestígios do campo de produção desta, apesar de não ter ficado o hábito desta prática no seio da comunidade por não fazer parte das suas práticas culturais.

A Aldeia Samora Machel é abastecida maioritariamente por pequenos sistemas de abastecimento de água construídos por privados, sendo necessário a disponibilidade de algum valor monetário para a sua aquisição, facto este que leva a que a maior parte da população recorra às fontes de água a céu aberto existentes ao longo da zona baixa para a obtenção da água para o consumo.

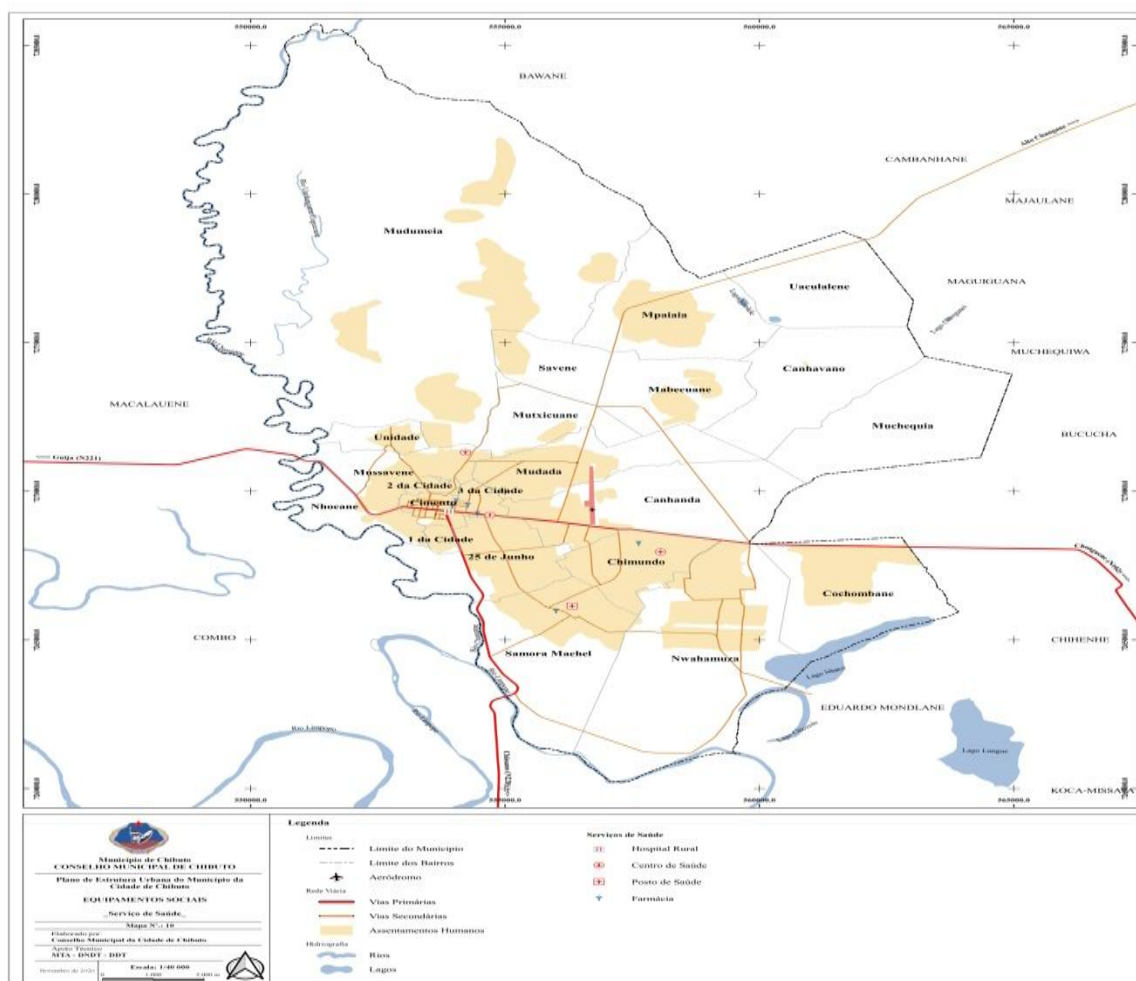
A falta de acesso à água e saneamento adequados afecta de uma forma geral a toda a população do Município de Chibuto e em particular a zona de Samora Machel, por esta se encontrar num alto plano de altitude, o que torna difícil a abertura de fontenários para a implantação de fontes de água, situação que traz uma contribuição negativa no plano da saúde, económico e de saneamento.

Esta situação leva a que mulheres e crianças percorram longas distâncias e por vezes em vias extremamente impróprias com recipientes de água na cabeça, fazendo que estas percursos várias horas com esta actividade em detrimento de outras tarefas que iriam contribuir para o seu sustento, para além de que a disponibilidade da água é de grande importância para a saúde da comunidade e um factor impulsionador do desenvolvimento.

Foi consensual de entre os entrevistados que a situação do conhecimento sobre as matérias de prevenção de doenças transmissíveis e gravidez indesejáveis são um ganho que veio da implantação do projecto.

Existem novos conhecimentos sobre como construir as latrinas assim como sobre como tratar a água apesar de as populações beneficiárias não disporem de produtos para o efeito.

Figura 11. Infra-estruturas da Saúde no Município de Chibuto



Fonte: CMC- Chibuto 2024

As doenças mais frequentes de diagnóstico no seio da população são o HIV/Sida com uma média de 72%, a malária com 698 casos registados no último semestre, as DST com cerca de 40% e a tuberculose com 2%. (Centro de Saúde de Samora Machel),

Figura 12.-1Teste de Malaria no Centro de Saúde da VM



Fonte: Arquivo do Autor

Destas patologias pode-se apontar como uma das razões para o alto índice de HIV/Sida a existência de um grande número de pessoas que emigram para a Africa do Sul a procura de emprego após a conclusão do nível básico escolar e como característica comum dos habitantes daquela aldeia que tem como condição para evoluir socialmente o trabalho nas terras do Rand.

A malária é outra doença com especial impacto que segundo o Centro de Saúde local, esta doença consta das mais notificadas nas consultas efectuadas, tendo como a principal causa o facto de muitas casas da aldeia estarem próximas da zona baixa onde existem vários cursos de água (riachos) que criam um ambiente propício para a reprodução do mosquito principal vector transmissor desta doença. Em resposta ao inquérito realizado, cerca de (43 %) dos inquiridos afirmam já terem tido malaria e quando questionados sobre o uso ou não da rede mosquiteira (Quadro 2) 25% dos inquiridos revelaram não terem e 32% terem insuficientes para todo o agregado familiar.

Quadro 2 Posse de rede mosquiteira pelas famílias

Posse de rede mosquiteira pelo agregado familiar	Sim	Não	Insuficiente para todo o agregado
%	43	25	32

Fonte: Autor

4.6.2.-Educação

A falta de acesso a níveis subsequentes ao nível básico é, segundo os inquiridos, uma das razões para o baixo nível de desenvolvimento da aldeia, pois os filhos depois de concluírem a 7ª classe não tem tido condições ou possibilidades de continuarem com os estudos devido ao numero reduzido de vagas para a 8ª Classe atribuídas às escolas, levando a que estes abandonem o ensino e se dediquem a outras actividades menos dignas e em alguns casos em situações de desvios de comportamento moral e social.

Durante a implementação do PVM houve a construção de 4 (Quatro) salas de aulas melhoradas, apetrechamento de 5 (Cinco) salas de aulas com carteiras dupla, apoio em material escolar aos alunos e algum material de apoio técnico para os professores, como mapas, régua e outros. O CTDDH foi equipado com uma biblioteca com escassos livros de interesse para os alunos de entre outros.

No entender dos entrevistados esperava-se um contínuo aumento de salas de aulas melhoradas e reforço no apoio aos professores em material de apoio técnico, visto que existem dificuldades na obtenção do livro de distribuição gratuita nas classes iniciais para os seus filhos.

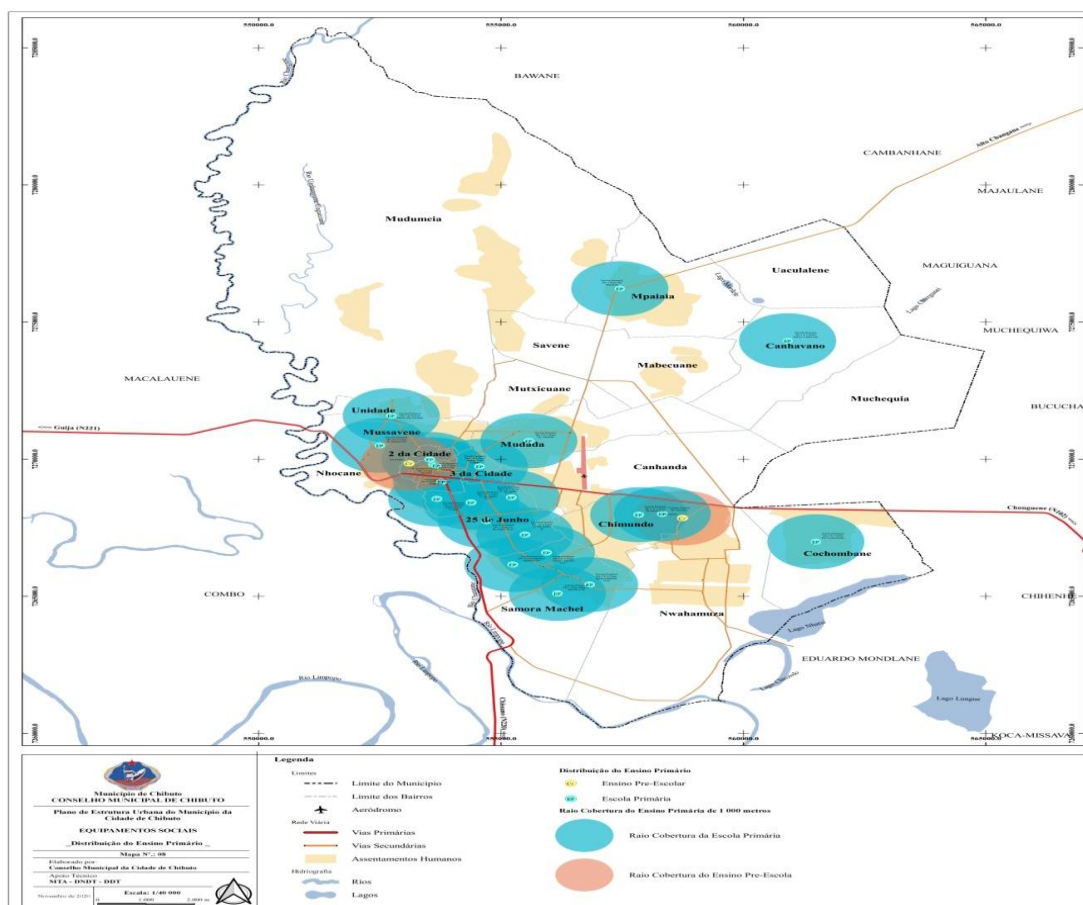
Figura 13 Carteiras adquiridas pelo Programa em 2010



Fonte: Arquivo do Autor

Em relação ao funcionamento do Centro de Alfabetização de Adultos mostra-se um centro abandono e fraca participação nos últimos anos elencando-se como razoes o trabalho agrícola longe das residências visto que maior parte da área que havia sido previamente definida para o Programa encontra-se maioritariamente abandonada devido a escassez da agua para a rega levando a que os agricultores recorram a zonas baixas existentes em outros pontos da baixa do Limpopo aumentando assim a distancia a ser percorrida e o horário de regresso as suas casas.

Figura 14 Distribuição do Ensino Primário



Fonte: CMC- Chibuto 2024

Como foi feita referencia anteriormente, a Aldeia Samora Machel conta com quatro escolas que leccionam de 1ª a 7ª Classes, sendo que após a conclusão do nível básico os alunos devem procurar vagas nas três escolas secundarias existentes a nível do município de Chibuto, sendo que na maioria parte destes acabam desistindo por falta de vagas e outros (os que consegue no curso nocturno) terminam abandonando a escola por graves precoces ou dedicando à actividades domesticas para o caso das raparigas, para o caso dos rapazes estes se envolvem em varias actividades e/ou emigram para a Africa do Sul em busca de emprego.

4.7.- Sustentabilidade da Vila do Milénio de Chibuto

Segundo Sen (200), um dos problemas que são parte central do processo de desenvolvimento é a persistência da pobreza. A pobreza limita a liberdade das pessoas e pode ser definida como a privação das capacidades básicas, sendo que tal privação proíbe ou coloca um entrave no processo de desenvolvimento de uma sociedade e afecta negativamente o bem-estar social. De acordo com esta afirmação e com os resultados obtidos no presente trabalho, pode-se dizer

que o desenvolvimento da comunidade de Samora Machel melhorou em algumas áreas sociais durante o período da implementação do Programa Vilas do Milénio como são os casos das áreas de saúde e educação, no que diz respeito a água e saneamento existe um contraste entre os resultados esperados devido às condições ecológicas do próprio local.

Quanto a sustentabilidade, constatamos que o VMC não foi eficaz porque as intervenções basearam-se gestão de actividades ad-hoc que na gestão de resultados. O Programa na Vila de Milénio de Chibuto não priorizou nem o combate a pobreza (PARPA II) nem a medição dos ODMs. A implementação inicia sem baseline study/ estudo de linha-de-base, e sem, pelo menos, elaboração dum projecto específico que servisse o contexto de Chibuto, que definisse os objectivos, actividades, resultados, indicadores de verificação ou metas. Portanto, a importância da Ciência e Tecnologia que auxiliaria o registo com precisão da redução da pobreza e medição rigorosa dos níveis de ODMs alcançados, como está estabelecido no Acordo, foram postas de lado, ou melhor, ignorados. A VMC centrou mais suas intervenções em demonstrações agrícolas aos extensionistas, capacitações de facilitadores de educação, assistentes comunitários e outros no quadro contrário ao definido para a implementação (abordagem top-down em vez de bottom-up).

A natureza peculiar do PVM de Chibuto e a ausência de uma forte documentação e monitoria das actividades realizadas não permitem uma detalhada análise custo-benefício. Contudo, somos de opinião que a eficiência da implementação da VM de Chibuto foi afectada por uma série de factores que merecem ser analisados e revistos com profundidade e urgência, de entre eles:

- (i) os arranjos institucionais e a organização do PNVM no seu todo;
- (ii) transparência na gestão financeira e de recursos humanos;
- (iii) gestão de informação e comunicação;
- (iv) monitoria e avaliação;
- (v) cobertura geográfica, isto é número de habitantes por Vila; e
- (vi) a relação de custos-impacto entre os diversos objectivos específicos.

Alguns entrevistados afirmaram que há fortes indícios de que a implementação do Programa poderia passar pelo escrutínio do Conselho Consultivo Distrital para garantir melhor integração dos planos governamentais e possível contribuição orçamental através do Orçamento de Investimento para as Iniciativas Locais.

Quadro 4 Avaliação da realização dos Objectivos do Programa no entendimento dos beneficiários

Objectivo do Programa	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito/nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
Eliminar a fome)		X			
Educação e equidade de género				X	
Melhorar os serviços de saúde				X	
Providenciar agua limpa e saneamento	X				
Prevenção do HIV/SIDA				X	

Fonte: Autor

Tendo em conta a composição da estrutura do quadro acima fica claro que os beneficiários directos do Programa Vila do Milénio de Chibuto, que são as famílias que residem nos quatro bairros da Aldeia Samora Machel estão divididos em termos da percepção de satisfação em relação aos resultados do PVM de Chibuto. Ficou claro durante as entrevistas que os beneficiários não estão satisfeitos com as actividades levadas a cabo nos sectores de agricultura e água e saneamento pela Vila do Milénio de Chibuto.

Fazendo uma análise tomando em consideração as respostas dos entrevistados pode-se concluir que a insatisfação deriva do facto de a população da Vila do Milénio de Chibuto ter, por um lado, assumido essa iniciativa do GoM e PNUD como projecto de esperança que ajudaria a esta a resolver o crónico problema de escassez de alimentos, fraca produção e productividade agrícola através da instalação e uma exploração sustentável do sistema de rega que permitiria o aproveitamento do leito do Rio Limpopo que se encontra a escassos metros da área de produção mas que actualmente encontra-se abandonado, que seria resolvida a crónica problemática de difícil acesso à água potável, alias problema este que é geral em todo o Município de Chibuto.

Concernente as áreas de educação, saúde, HIV/SIDA e género, os entrevistados mostram uma certa satisfação com os programas levados a cabo pois permitiram que mesmo depois do fim do financiamento do Programa, estes continuasse a se beneficiar dos resultados alcançados como são os casos do Centro de Saúde que se encontra em pleno funcionamento e das salas de

aulas que foram construídas pelo programa melhorando desta forma o acesso aos serviços básicos de saúde e educação.

A sustentabilidade do Programa Vila do Milénio de Chibuto deveria ter sido assegurada com o comprometimento das suas acções por vários intervenientes, reforçando-se a participação dos diferentes sectores do Governo na planificação e implementação das actividades, assegurando-se que as acções desenvolvidas nesta estivessem alinhadas às políticas estratégicas do Governo local como forma de se alcançar resultados de grande impacto.

As actividades do Programa Vila do Milénio a quando da sua implementação eram baseadas numa planificação centralizada e financiadas através de fundos externos, sendo que faltou uma interligação com a realidade da comunidade beneficiária e desta forma a falta de expropriação do investimento feito, aliado a falta de clareza na gestão do mesmo, situação que tornou todo o investimento insustentável apos a retirada do financiamento.

Fica claro que a questão da sustentabilidade dos Programas de Desenvolvimento Comunitário no âmbito da Cooperação Multilateral não depende simplesmente do facto da existência de um financiamento robusto mas sim da necessidade de no âmbito da definição do projecto haja um levantamento prévio das reais necessidades e da preparação dos beneficiários para que possam garantir a prossecução dos objectivos do mesmo apos a retirada do financiador.

A edificação de programas de desenvolvimento revela a identidade dos parceiros de cooperação (se esta pode ser meramente distante e técnica ou sensível e humana), o que irá ditar a apropriação do projecto pelos beneficiários tomando em consideração que todo o processo de ajuda ou financiamento deve ter como fim único alavancar os beneficiários para que criem mudanças no seu estilo de vida e para tal estes devem estarem em condições de garantirem a sustentabilidade dos projectos/programas através da transferência de responsabilidades e controle dos seus destinos.

As estratégias de desenvolvimento rural devem ser orientadas por vários princípios dos quais fazem parte o enquadramento no próprio desenvolvimento da comunidade abrangida, adequando estas à cultura e necessidades locais e o envolvimento dos beneficiários na criação das soluções para os seus problemas reais.

Um estudo prévio sobre as condições da implantação do projecto (sua população, suas forças, suas fraquezas, sua envolvimento) permite que nos aproximemos da realidade, nos apercebamos das especificidades do nosso alvo e assim ter-se-á maiores possibilidades de planificação de estratégias de desenvolvimento que levam ao alcance de resultados satisfatórios e a própria sustentabilidade.

Outro caminho a se ter na procura de soluções para a sustentabilidade e aproveitamento das infra-estruturas existentes naquele local seria a de se criar parcerias com investidores nacionais ou estrangeiros que estejam interessados na exploração do património existente e desta forma poderiam impulsionar as actividades dos poucos produtores que continuam a desenvolver as actividades nos campos da Vila do Milénio dependendo das condições climáticas e de uso de pequenas motobombas para a irrigação dos seus campos mesmo havendo um sistema de rega instalado no local.

O Projeto das Vilas do Milénio (MVP) foi iniciado em 2005 como um meio de implementar as recomendações do Projeto do Milénio das Nações Unidas¹ à escala local na África rural. A principal conclusão do Projeto do Milénio das Nações Unidas foi que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) poderiam ser alcançados se as nações doadoras de elevado rendimento aumentassem a sua ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para o objetivo de longa data das Nações Unidas de 0-7% do rendimento nacional bruto (RNB)

CAPÍTULO V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou o papel da cooperação multilateral como factor para o desenvolvimento no Projecto Vila do Milénio de Chibuto. Um projecto que a par dos outros projectos em Africa, foi concebido como uma das estratégias de promoção ao desenvolvimento, combate à pobreza e o alcance das metas do Milénio das Nações Unidas. Buscou ainda no trabalho, perceber os princípios que ditaram a arquitectura do Projecto Vila do Milénio de Chibuto, na Província de Gaza.

No diálogo com a literatura e o trabalho de campo, ficou evidente que a implantação da Vila do Milénio de Chibuto, buscava a melhoria das condições de vida da comunidade, no âmbito da cooperação multilateral provida pelas Nações Unidas em articulação com os actores nacionais, cuja a escolha se deve a pobreza naquela comunidade, agravada as cheias de 2000 que assolaram a província, com ênfase no Distrito de Chibuto.

Estas questões despertaram a atenção junto da comunidade internacional na elaboração de estratégias mais robustas de combate a pobreza e promoção de desenvolvimento. Desenvolvimento que segundo a pesquisa, é a capacidade de satisfazer adequadamente as necessidades básicas humanas, tais como alimentação, habitação, saúde, educação, água potável e protecção social; desenvolvimento é a auto-estima, o sentido de dignidade, de respeito e de honra, que fazem com que um povo ou um indivíduo não possa ser utilizado por outros, para os seus próprios interesses e objectivos; desenvolvimento é a liberdade, ou seja, a capacidade de escolher livremente o seu modelo de desenvolvimento, suas orientações e estratégias, sem qualquer imposição do exterior. Percepção igualmente partilha pela teoria Neoliberal que aponta a cooperação para o desenvolvimento por meio de instituições multilaterais como suporte da estratégia de combate a pobreza nos países em Desenvolvimento.

Infere-se igualmente no estudo que, dado o sucesso e sustentabilidade verificado em alguns países da África, como foi o caso de Malawi, Uganda, Quênia e Tanzânia, as Vilas do Milénio, as Nações Unidas através do PNUD e a Universidade da Columbia, buscaram implementar a Vila de Milénio de Chibuto, como forma de dar cobro aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

Contudo, o estudo evidenciou que a participação comunitária constitui um dos elementos fundamentais na materialização dos projectos, este facto ficou confirmado nas Vilas de

Milénio implementados nos países acima referidos. Uma vez que conforme a literatura, e os trabalhos de campo, a comunidade precisa saber o plano do projecto, os objectivos, os resultados pretendidos, os beneficiários, as agências de financiamento, as agências de implementação e acima de tudo, o impacto positivo e impacto negativo para a comunidade. Quando tudo isto for alcançado, será melhor que a população local que são os utilizadores finais dos projectos podem dar os seus pontos de vista, atitudes e percepções em relação a todo o projecto.

Este facto segundo evidencias recolhidas no campo e na literatura apontam que o Projeto Vila de Milénio de Chibuto pecou na sua concepção o que tornou insustentável sob ponto de vista do alcance dos objectivos. Ainda que em alguns aspectos este projecto tenha resultados positivos quais sejam, a construção de infraestruturas e saúde e educação, porém no que diz respeito a água e saneamento existe um contraste entre o planificado e os resultados.

Semelhante compreensão, uma análise bem atenta sobre dos resultados programa vila do milénio de Chibuto pode se afirmar que estes não foram alcançados na sua plenitude pois, ainda persistem problemas em várias vertentes dos sectores sociais, que com o fim do financiamento nota-se um total abandono por parte das autoridades governamentais (resultado da dependência enraizada do factor de receber e não gerar), isto porque os produtores sempre tiveram apoio em insumos para o desenvolvimento das suas actividades

Outro aspecto a salientar é a necessidade de no momento da definição das áreas de intervenção no âmbito da implementação de programas de desenvolvimento, ter em conta um conjunto de princípios que conduzam ao objectivo principal que é o combate e redução da pobreza através de uma acção coordenada de todos os intervenientes no processo como forma de garantir a sua sustentabilidade.

Ademais, a literatura e os dados colhidos no campo revelam que apesar de algumas melhorias trazidas pelo Programa Vila de Milénio de Chibuto, ainda persistem desafios significativos resultantes da não utilização do manual da Vila do Milénio estabelecido pelas Nações Unidas, a não integração da Vila de Chibuto na estrutural da governação distrital no âmbito dos Conselhos Consultivos, a incapacidade da Equipa de Coordenação em Chibuto em definir e tratar de forma articulada e clara os objectivos específicos do programa no processo da sua implementação e a inexistência do desenho dum projecto do Programa Vila de Milénio que

tivesse um Quadro Lógico, que ajudasse a equipa de coordenação auferir a ligação lógica e coerente entre os objectivos, as actividades e os indicadores do Programa.

Mas, não só, a pesquisa aponta que o outro factor que influenciou no fracasso da implementação da Vila do Milénio do Chibuto prende-se com a falta da definição das áreas de intervenção no âmbito da implementação de programas de desenvolvimento, ter em conta um conjunto de princípios que conduzam ao objectivo principal que é o combate e redução da pobreza através de uma acção coordenada de todos os intervenientes no processo como forma de garantir a sua sustentabilidade.

Em suma, a pesquisa mostra muitos projectos não se tornam sustentáveis devido ao fraco envolvimento da comunidade, no desenho, implementação, gestão e na tomada de decisões sobre os Projectos comunitários. O estudo comprova igualmente que a maior parte dos projetos não conseguiu adotar os modelos locais para resolver os problemas locais em África, uma vez que vários destes projectos adoptam modelos que são usados para implementar projectos em países desenvolvidos. Este facto que se adequa perfeitamente no projecto em alusão.

VI.- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- Abbott, J. (1995). Community participation and its relationship to community development. *Community Development Journal*, 30(2), 158
- Bamberger, M. (1986). *The Role of Community Participation in Development Planning and Project Management*: The World Bank, Washington, DC.
- Behayo, Paddy. (2015) *Millennium Villages Project and Rural Transformation in Uganda: the case of Ruhiira Village in Isingiro District*. The Faculty of Bussiness, Stuart University: Ruskin College: Oxford, UK.
- Bendavid, E. (2018). The fog of development: evaluating the Millennium Villages Project. *The Lancet*. 6 (May): 470–71.
- CITT (s/d). Programa Nacional Vilas de Milénio. Acessado em: <https://citt.gov.mz/programa-nacional-vm/>, aos 01 de Dezembro de 2023.
- Comissão Sul (1990). *Desafio ao Sul: Relatório da Comissão Sul*. Afrontamento: Porto.
- Conde, L. (2021). *Do conceito de desenvolvimento à cooperação internacional como uma agenda de política externa: considerações teóricas e conceituais*: Missões: São Paulo.
- Costa, C.; Gonzalez, M.; Almeida, N. (2014) A lógica de funcionamento dos bancos multilaterais de desenvolvimento e o seu relacionamento com o Brasil no período 1990-2012. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 16, p. 57-74. jan.-abr., 2014.
- Documentos do Programa Vilas do Milénio, MTC-CITT, Maputo 2016
- Fontoura, J. (2002). *Revista de Informação Legislativa*. Senado Federal: Brasília.
- Gomez, L.. (2022). *Conceito de Participação*. Editora Conceitos. São Paulo, Brasil disponível em <https://conceitos.com/participacao/>. Acessado 08 de Setembro de 2024.
- Guerra, S. (2013). *Curso de Direito Internacional Público*. Saraiva: São Paulo.
- Hanlon. J. (1997). *Paz sem benefício. Como FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. UEM: Moçambique.

- Kyamusugulwa, P. M. (2013). Participatory Development and Reconstruction: a literature review. *Third World Quarterly*, 34(7), 1265-1278.
- Marodon, R. (2021) Can development banks step up to the challenge of sustainable development? AFD: Paris, 2020.
- Mhegera, E. (2015). Tanzania: Mbola Millennium Village Project help improve lives of locals. Shout-Africa. Available: <http://www.shout-africa.com/news/tanzania-mbola-millennium-village-project-helps-improve-lives-of-locals/>. (22/08/2024).
- Mitchell, S. (2018). The Millennium Villages Project: a retrospective, observational, endline evaluation. Columbia University: New York.
- Moçambique, 2001 Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta. Imprensa de Moçambique: Maputo.
- Mohamed, A., Otieno, DM, & Kisimbii, JM Determinantes da Participação Comunitária na Implementação de Projetos de Desenvolvimento no Condado de Mombasa, Quénia.
- MTC - CITT, 2014; Acções para a Consolidação e Sustentabilidade do Programa vilas do Milénio Maputo
- Muteshi, J. (2005). Promoting Gender Equity, Published 2006 by Heinrich Boell Foundation
- Nações Unidas; Governo de Moçambique. 2008. Relatório sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio Moçambique, edited by M. d. P. e. Desenvolvimento. Moçambique: Nações Unidas & Governo de Moçambique.
- Oliveira, G. (1999). O desenvolvimento humano e social nos países em desenvolvimento. Universidade Federal de Pará: Pará.
- Organização das Nações Unidas, 1945. Carta da ONU. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>. Acessado no dia 23 de Julho de 2024.
- Prysthon, C. (2005) Produção e Transferência de Tecnologias. CRB-4/667. 2005

- Santos, B. (2002). Democratizar a Democracia: Os Caminhos da democracia participativa, Vol. 1. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.
- Sen, A. (1999). Inequality Reexamined. Oxford University Press: London.
- Simione, A. N. S. (2018). Participação social e efectividade da deliberação em conselhos locais em Moçambique. Texto inédito. Tese de doutoramento. Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração: Belo Horizonte.
- Smouts, M. (2004). As Novas Relações Internacionais. UnB: Brasília.
- Souza, M. L. (1996) Desenvolvimento de comunidade e participação. Fnac: Brasília.
- Todaro, M. (2000), Economic Development (5th ed.). Longman: New York, London.
- Tunkin, I (1990). Direito Internacional. Progresso: Moscovo
- UN, (2008), Economic and Development Challenges, Department of Public Information Washington DC: UN. Available on line (<http://www.africoveiy.org>) Accessed a 24 de Outubro de 2024.
- Vasconcelos, M. (1998). Fundamentos da Economia. Saraiva: São Paulo

ANEXO

GUIÃO DA ENTREVISTA

Avaliação da Vila do Milénio

- 1.- Qual é a sua percepção em relação a implantação da Vila do Milénio de Chibuto
- 2.- Que percepção tem sobre a estrutura da Vila do Milénio de Chibuto
- 3.- Qual foi o envolvimento vosso na definição das actividades planificadas?
- 4.- Que tipo de apoio recebeu para estar mais consciente sobre as diferenças de género e reduzir essas diferenças no acesso à saúde?
- 5.- Que actividades do programa ajudaram a escola a prestar mais atenção à igualdade de género? De que forma?
- 6.- Houve alguma actividade para sensibilizar e ajudar a mudar o comportamento das famílias para que as raparigas terminem o ensino?
- 7.- Quais foram os problemas maiores durante a implementação das actividades?
- 8.- O que é deve ser feito para garantir a continuidade do programa?